

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 06/2024

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 11 DE OUTUBRO

Presidente:	- <i>Francisco José Esteves</i>
1.ª Secretária:	- <i>Luísa Maria Almeida Torres Belchior</i>
2.ª Secretário	- <i>José António Costa Ferreira</i>
Hora de Abertura:	- 09.30 Horas
Outras presenças:	- A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente <i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues</i> e pelos Senhores Vereadores: - <i>Carlos Duarte Travanca</i> - <i>Vítor Manuel Correia</i> - <i>Francisco José Clemente Sousa</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Nélia Alexandra Pires Pinheiro</i>
Local da Reunião:	- Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos, vamos iniciar esta 2.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Mirandela, praticamente dedicada em exclusivo às Juntas e Uniãoes de Freguesia.

Queria cumprimentar o Executivo na pessoa da sua Presidente Dr.ª *Júlia Rodrigues*, cumprimentar os Senhores Deputados nas pessoas dos seus Líderes das Bancadas Municipais, cumprimentar o público aqui presente, comunicação social e todas as pessoas que nos seguem, através dos meios informáticos, através da transmissão *online* desta Assembleia.

A nossa Assembleia hoje tem dois Pontos de Agenda, o Período de Intervenção do Público e o segundo Ponto dedicado ao Debate Alargado das Juntas e Uniãoes de Freguesia.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Muito bom dia a todos, renovo os cumprimentos que já foram feitos e também eu desejo um bom dia de trabalho.

Feita a chamada, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Daniela Alexandra Alves Rodrigues* é substituída pelo Senhor Deputado *Paulo Jorge Morais Pontes*;

A Senhora Deputada *Camila Padrão Fraga* é substituída pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

O Senhor Deputado *Carlos Rafael de Sousa Carvalho* é substituído pelo Senhor Deputado *Carlos Alberto Pinheiro Esteves*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído pelo Senhor Secretário *Hélder Armando Ruivo Castelo*.

Registo de Faltas.

Daniela Alexandra Alves Rodrigues, Camila Padrão Fraga, Carlos Rafael de Sousa Carvalho, Joaquim António Morais Clemente, Rui António Assis Melo, Carlos Fernando Avelens Freitas, Diana Delfina Santos Costa, Sandra Cristina Bento Gomes.

Apresentaram justificação de Faltas:

- Daniela Alexandra Alves Rodrigues: Sessão de 11 de outubro de 2024.
- Camila Padrão Fraga: Sessão de 11 de outubro de 2024.
- Carlos Rafael de Sousa Carvalho: Sessão de 11 de outubro de 2024.
- Joaquim António Morais Clemente: Sessão de 11 de outubro de 2024.
- Rui António Assis Melo: Sessão de 11 de outubro de 2024.
- Carlos Fernando Avelens Freitas: Sessão de 11 de outubro de 2024.
- Diana Delfina Santos Costa: Sessão de 11 de outubro de 2024.
- Sandra Cristina Bento Gomes: Sessão de 11 de outubro de 2024.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas da 2.ª Sessão Extraordinária de 11 de outubro de 2024, dos membros mencionados.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Muito bom dia a todos, votos de bom trabalho para esta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal inteiramente dedicada às Juntas e Uniãos de Freguesia em debate alargado.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Presidente, um agradecimento à Senhora Presidente pelo comportamento que está a ter e teve-o na última Assembleia Municipal para comigo, está-se a redimir, ainda bem que o está a fazer. Muito obrigado.

Senhor Presidente, o tempo vai e não volta para trás, este tempo desde 2020 tem-nos tirado qualidade de vida, o que se deseja é que outras pessoas não passem por aquilo que nós estamos a passar, infelizmente.

Senhor Presidente, sei de fonte limpa que este Executivo sabe, porque alguém lhe fez chegar, quem destrói os papéis no parque infantil bairro Tua Sol, no qual a Câmara coloca para que o mesmo não seja utilizado e nada é feito, não fazem nada, vai-se lá saber porquê.

Senhor Presidente, pergunto ao Senhor Vereador porque não toma outras medidas? Medo de represálias, ou de outras coisas. Vou dizer, evito que os meus netos vão para ali, enquanto o parque não estiver devidamente legalizado e seguro.

Senhor Presidente, estive ontem a falar com alguém da segurança policial, que diz que a Câmara Municipal devia colocar ali uma chave e quem passasse para o lado de dentro, automaticamente seria invasão de propriedade, não o fazem porquê? Lá saberão porque não o fazem.

Senhor Presidente, até posso acreditar que a Senhora Presidente esteja com grande carga sobre as suas costas, por causa de nós e por causa de outras pessoas, por uma fonte próxima que não é só a Senhora Presidente, mas outras pessoas que a rodeiam, acredito, não vale a pena torcer a cara. Isso já é jeito seu.

Senhor Presidente, esta Assembleia quem a conduz é o Senhor Presidente. Senhor Presidente, esta Assembleia está a ser uma Assembleia um bocado descabida, quando uma pessoa está a fazer uma intervenção, das Bancadas alguém aponta sempre o dedo, quando não apontam o dedo, falam. Penso que isto não é perfeito, que não é bom. Acho que o Senhor Presidente devia por um bocadinho de mão nisto. Mas a Senhora Presidente, por sua vez, também o fez. Na Assembleia passada, quando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* disse que privou algumas vezes com o Dr. *Artur Cascarejo*, que até trocaram algumas risadas e a Senhora Presidente e o Senhor Vice-Presidente armaram uma gargalhada entre eles.

Senhor Presidente, no dia 28 de junho de 2024, a Senhora Presidente disse com uma arrogância e com uma determinada prepotência, porque é aquilo que usa muito, que a queixa-crime que o Senhor *Brízido* meteu contra a Câmara Municipal de Mirandela foi arquivada. É verdade, mas pode-se reabrir a qualquer momento, eu vou-lhe dizer, ainda não se reabriu respeitando pessoas que me são próximas, que me rodeiam e é por essa razão que ainda não foi reaberta. Mas se assim continuar vou-lhe dizer, em dezembro na última Assembleia Municipal se isto não mudar, vou-lhe garantir aqui pessoalmente, na presença dos presentes, que vai ser reaberta.

Senhor Presidente, a Senhora Presidente acusa muitas vezes de usar a chantagem, mas comigo não pega e a ameaça, como quando foi daquela vez, que usou que havia uma Comissão Permanente. Pergunto-lhe, já existe a Comissão Permanente? Isso foi só uma ameaça da sua parte, para me colocar entre a espada e a parede, mas digo-lhe, não cola comigo.

Senhora Presidente, o cântaro tantas vezes vai à fonte que um dia deixa lá a asa.

Senhor Presidente, quero fazer à Senhora Presidente aqui um agradecimento pessoalmente, por ter metido a minha nora na Câmara... ai não, desculpe, não foi na Câmara, foi na Santa Casa da Misericórdia, não, não foi na Santa Casa da Misericórdia, foi no Hospital público, que acabou de entrar para lá. A Senhora sabe bem porque é que as nossas quezílias começaram, mas um dia destes há-de ser tudo desmontado nesta Assembleia Municipal antes que a Senhora vá embora ou que alguém a mande.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado Senhor *Manuel Brízido*, permita-me chamar-lhe a atenção, até porque o Senhor *Manuel Brízido* costuma usar da palavra, a lei não lhe confere o direito de se pronunciar sobre a condução e o andamento dos Trabalhos desta Assembleia Municipal. A lei só lhe confere o direito, enquanto cidadão, de questionar e levantar questões ao Executivo Municipal através da Mesa da Assembleia, pelo que lhe peço, futuramente, nas suas intervenções, que não se pronuncie, nem faça juízos de valor, nem avaliações sobre a condução dos Trabalhos da Assembleia Municipal.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Dizer só que lamento profundamente a forma, o conteúdo, as acusações e, essencialmente, a falta de respeito para com um Órgão que é uma Assembleia Municipal, são todos os mirandenses, porque efetivamente não houve questões, houve ameaças, que já são habituais e, portanto, com a dignidade e com o respeito que eu tenho a este Órgão, efetivamente só posso lamentar que seja possível isto acontecer, temos um dia em que devemos debater políticas, devemos dar soluções, apresentar críticas e é para isso que estamos aqui e é por isso que vou responder a todas as questões que forem levantadas.

As ameaças, as queixas, isso fará tudo parte de questões que o Senhor município terá que avaliar, a autoavaliação faz parte da nossa evolução enquanto seres humanos e, portanto, em relação a todos, dizer-vos que gostaria muito que esta Assembleia Municipal fosse também ela uma oportunidade de melhoria, para aquilo que executamos, que estamos a executar e que vamos continuar a executar, através de todos aqueles que estão no terreno a trabalhar.

As orientações são nossas, vocês têm o papel de fiscalizar, por outro lado, esta é uma Assembleia muito nobre, em que o Poder Local, aquele que está mais próximo das pessoas, resolve efetivamente os problemas das pessoas e, por isso, não me vou alongar mais, porque efetivamente não reconheci nenhuma questão, a não ser ameaças à minha pessoa enquanto Presidente da Câmara e eu julgo que a Assembleia Municipal merece o meu respeito e os mirandenses merecem o meu respeito e merecem somente este lamento.

ORDEM DO DIA

2 – Período da Ordem do Dia.

2.1 - Debate Alargado sobre as Freguesias/Uniões de Freguesias.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES (PS)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Desejo que seja uma Assembleia muito profícua e muito interessante.

Desde já acho que começa muito mal, com pouquíssima participação de deputados municipais.

Eu hoje vim aqui e deveria ser um dia de uma grande alegria, porque se está a debater de uma forma muito mais concreta e objetiva o meio rural, mas afinal venho aqui e venho muito entristecido, se quer que lhe diga.

Hoje fui à minha Freguesia, dei volta a toda a Freguesia, ao Franco, peço desculpa porque não fui a Vila Boa, não vi uma pessoa, uma, percorri toda a aldeia, o que quer dizer que isto já não é “vai acontecer”, não, já é “está a acontecer”. Está a acontecer e com muita brevidade, está a ficar tudo completamente deserto. Mas se ao menos estivesse deserto, mas tivesse asseado, o asseio também é sintoma de que há algum trato, que há alguma vida, que há alguma preocupação, isso é que eu lamento e que fico muito triste, é que se passe numa aldeia em que não existe asseio, não existe limpeza e muito mais grave que isso é que se entrava- naquela aldeia, que toda a gente conhece, quase por obrigação e por necessidade e via-se espaços verdes, via-se os espaços bem tratados e nunca consegui perceber bem porquê, ainda bem que está aqui o meu Presidente, que o desafio a vir aqui também e pode-me vir aqui responder a isto. Sim senhor, não sei porquê, agora já choveu, mas porque se abandonou a relva e os espaços verdes? Está tudo seco, quando isso não implica despesas, quando isso não implica despesas de dinheiro.

Dizem-me também que o Executivo da Freguesia não se entende, que não se dão bem, mas a relva não se chateia com isso. A relva se tiver água, água que, tanto quanto eu sei, não é paga pela Junta de Freguesia, se tiver água a relva cresce de certeza absoluta. Está bem que tem de se gastar alguma coisa no adubo e na manutenção, mas isso não exige que as pessoas tenham uma boa relação.

Gostava muito de saber o porquê do abandono dos jardins na Freguesia do Franco.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS (PSD)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Para começarmos de uma forma mais descontraída, venho aqui dizer que no dia 09 e 10 do próximo mês realiza-se a XII Feira do Pão e do Azeite em Suções e aproveito para convidar todos, pois todos são bem-vindos e as nossas aldeias precisam de gente e muitas das vezes irmos mais vezes ao meio rural, se calhar começamos a olhar com outros olhos, inclusivamente politicamente.

Falando da minha Freguesia, não tenho muito a dizer a não ser o mesmo que digo todos os anos, há sete anos que ando a pedir a mesma coisa, ETAR nos Eixes, a rua da escola, uma rua que dá acesso ao cemitério, não é tanta coisa assim. O Museu, onde se estão a estragar mil e tal peças numa cave, o Museu Etnográfico que está na Rota dos Museus e que os operadores turísticos já desistiram de me ligar, porque não podemos receber ninguém e é isto.

Com certeza que não será neste mandato, não foi no primeiro, não será no segundo, esperemos que algum dia alguém se lembre enquanto houver gente, porque depois quando não houver ninguém também não vale a pena investir.

Queria só lembrar mais uma coisa, que eu acho que a Câmara está a tratar disso, mas para ficar aqui publicamente, é o caso da Senhora invisual que temos lá, continua a chover em casa dela, porque a casa continua sem telhado.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *LUÍS ESTEVES* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Não é fácil ser Presidente de Junta, não é fácil, é duro.

Hoje sendo esta Assembleia direcionada para as juntas de freguesia, na qual mais uma vez falamos sobre os nossos problemas que temos à Senhora Presidente e também “abrimos o livro” a todos, porque estes assuntos, por vezes, são resolvidos nos gabinetes, também quero falar um pouco sobre o papel que nós, Presidentes de Junta, temos como conselheiros, como psicólogos, várias áreas.

Nestes sete anos de Presidente de Junta, porque isto às vezes é um sonho, às vezes o nosso querer, há coisas que se vão atravessando e que nos trazem algumas dificuldades, o que mais me trouxe dificuldades neste sete anos, desde que estou na União de Freguesias de Barcel, Valverde da Gestosa e Marmelos, nós temos quatro processos em Tribunal, estamos-nos a preparar para o quinto e estamos a ver um sexto. Processos que, por vezes, é preciso ter coragem para os enfrentar, pois traz-nos arrelias, traz-nos chatices, traz-nos ameaças e eu venho falar isto aqui para os Presidentes de Junta, porque todos eles sofrem um pouco isto, não é caso único. Eu acho que se deve falar mais nisto, deve-se falar mais nisto. Eu ameaças de morte já lhes perdi a conta, desde “quando passares a esquina vou-te fazer a folha”, sinais de me cortarem o pescoço, dizerem que não vou criar os meus filhos e, passados alguns meses, essa mesma pessoa está a trabalhar na escola dos meus filhos, através do RSI.

Queria deixar este alerta aos Presidentes de Junta, porque acho que se tem de falar mais nisto. É fácil falar contra o Presidente de Junta, é fácil, é fácil inventar, às vezes chegam-nos histórias que nós nem sabemos e, por vezes, nós vamos abafando estes problemas e tem que se falar mais nisto, tem de se falar mais nisto.

Perante os problemas que a nossa Freguesia tem tido e que tenho debatido com os Membros da Câmara, queria falar aqui mais uma vez dos transportes escolares. Os transportes escolares, pelo menos da nossa Freguesia, o autocarro não deve ter manutenção, os alunos que estão a 20km de distância de Mirandela andam 42 km. Eu acho que nós não estamos a fazer o melhor para os nossos jovens, as linhas para a zona sul do concelho eram três linhas de transportes e foram reduzidas a duas e neste momento o esforço físico dos alunos é muito maior.

Outro assunto que também trouxe aqui no ano passado, a estrada 15-4, continua sem sinalização vertical, a horizontal desapareceu, isso coloca em perigo constante as pessoas que ali circulam, Marmelos continua com alguns buracos, bastante danificada. Queria também alertar ao Município que sendo nós a Freguesia com mais margem de rio não temos nenhum projeto para uma praia fluvial, não temos nenhum levantamento dos açudes que esta a ser feito e bem feito, acho que merecíamos atenção nesse aspeto e também gostaria de pedir esta ajuda, que eu não tenho conseguido, ao Município, da correção dos limites das freguesias.

Nós na nossa antiga Freguesia de Barcel, temos artigos por exemplo, o artigo n.º 1 pertencia à Freguesia de Barcel, neste momento pertence à Freguesia dos Avidagos, aí nós não temos conseguido desenvolver esse processo.

Eu estava à espera de uma apresentação da Câmara Municipal, do que nós recebemos, do que a União de Freguesias recebe neste ano, estava a contar com uma apresentação da Bolsa de Materiais, no ano passado falamos da Bolsa de Materiais na qual para as Uniões de Freguesias é muito pouco. Queria também aqui falar do valor que nós recebemos, que é cerca de 200 mil euros e eu di rei que as Uniões de Freguesias, por vezes faz-me lembrar aqueles contratos das letras gordas, mas depois temos as letras mais pequeninas que ninguém lê. A União de Freguesias recebe cerca de 200 mil euros por ano, no meu entender é muito pouco, nós temos o Cobro ao lado, também recebe pouco, mas recebe cerca de 100 mil euros, falo do Cobro porque está ali ao nosso lado, mas no meu entender recebemos todos pouco, nós os 200 mil euros que recebemos pelas três ex Freguesias se dividir por três aldeias, porque eu tenho de fazer essa conta, dá cerca de 68 mil euros por aldeia.

Nós neste momento a União das Freguesias, no meu entender, temos fama que recebemos muito, porque é o que salta à vista da imprensa, são as letras gordas, mas se fizermos as contas, somos os que recebemos menos, a Bolsa de Materiais se eu dividir pelas três aldeias dá 1.700,00 € para cada aldeia. Eu acho que isto devia ser corrigido.

É claro que no meio destes problemas todos, eu tenho que realçar a autonomia que o Município nos deu há cerca de sete anos, deu-nos autonomia para podermos trabalhar mais e melhor. Os problemas que trouxe cá no ano passado do tanque da água, da situação da água de Marmelos, do saneamento, esses problemas estão resolvidos.

O nosso obrigado ao Município e queria convidar o Município para daqui a uns dias, perante a agenda que têm, para visitarem as obras que nós estamos a fazer, porque temos várias obras em São Pedro de Vale do Conde, Vale Verde, Barcel, inclusive aqueles projetos da CCDR-Norte e o das Aldeias de Portugal, para verem as obras.

----- O Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *HÉLDER CASTELO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

As juntas de freguesia têm na sua atividade diária uma panóplia de atividades, competências e responsabilidades, servir as populações e proporcionar o bem-estar de quem lá vive, seja com infraestruturas, equipamentos, ações, convívios, cultura... todos tem direito a viver condignamente.

Desde o ano de 2018 que implementamos na nossa freguesia atividades para os séniores e outras pessoas que queiram frequentar! Chamamos-lhe Elos de Ternura, tal com o nome diz, é aqui que se tenta criar laços com aqueles que estão mais isolados e necessitam de mais apoio.

Adquirimos uma viatura e em boa hora o fizemos, pois na altura da pandemia foi crucial para ajudar a população! Há pelo menos mais duas ou três freguesias que também o fizeram, mas podem ser muitas mais.

O Elos de Ternura tem vindo a desenvolver várias atividades e neste momento está a crescer, o antigo edifício da casa do povo está em preparação para mais uma sala!

No entendimento da nossa freguesia esta área é tão ou mais importante do que qualquer outra obra, pois as nossas populações estão cada vez mais envelhecidas e o apoio é importante. Infelizmente, as Freguesias têm vindo a perder algumas valências, nomeadamente os transportes. Levar alguém que necessita ir ao médico e ter esse apoio, para o nosso Executivo isso é importante.

Hoje as freguesias estão dotadas de alguma autonomia financeira e tem de haver um equilíbrio entre as obras/ apoios/ investimentos /ação social, cultura.

Hoje estou aqui a dizer-vos e a falar sobre isto, porque entendemos que deve ser uma preocupação das freguesias e do Município o bem-estar da população mais envelhecida.

Existem programas do Município, a atividade física sénior, a saúde móvel, atividades culturais, nomeadamente no serviço educativo, através de um clube que foi criado, Café Memória, é muito, mas é preciso mais Senhora Presidente e caros colegas das freguesias.

Entre todos, as freguesias e o Município podemos ter um Concelho menos isolado e mais ativo.

----- O Senhor Presidente da Freguesia da Abambres *JOSÉ CABANAS* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Esta Sessão dedicada às juntas de freguesia, será a última realizada neste mandato, já que estamos a menos de um ano das eleições e o próximo Orçamento já será elaborado e executado pelos novos executivos quer municipal, quer das juntas de freguesia.

Assim, esta Sessão serve para fazer um balanço sobre o que eram as pretensões da freguesia para o mandato, aquilo que foi realizado e o que ainda falta realizar.

Começo por agradecer o apoio aprovado aqui na Sessão anterior relativo à ampliação do cemitério de Vale de Juncal.

Obviamente que algumas obras foram efetuadas, ou estão a decorrer os procedimentos, mas a verdade é que fui rever um ofício enviado ao município em 21 de outubro de 2021, pouco tempo após o Executivo ter tomado posse, onde identificava as várias necessidades das três aldeias que a compõem a freguesia e quase todas elas continuam sem solução.

Tenho a noção que estes assuntos, já foram aqui mencionados, por isso não vou entrar em pormenores, mas enquanto não houver solução para a sua execução, irei sempre lutar para que os mesmos se concretizem, foi para isso que fomos eleitos, para lutar pelos interesses da freguesia.

Passo a citar as mais importantes: obras de conservação/recuperação da Igreja de S. Tomé, obras de conservação da antiga escola primária de Abambres, recuperação do açude e valorização das margens do Rio Tuela, onde deve inserir a alteração da descarga da ETAR de Contins, beneficiação da ETAR de Abambres e a conduta de descarga, colocação de Iluminação pública nas ruas em falta etc.

Para além destas obras estruturantes, existem outras preocupações, como por exemplo:

A Instalação de um Ecoponto em Vale de Martinho.

Sobre este assunto a Junta de Freguesia de Abambres já enviou 2 ofícios dirigidos ao Município de Mirandela, um em 2021 outro em 2022 e um terceiro ao Diretor Geral da Resíduos Nordeste EIM, e até hoje nada.

Em resposta ao nosso ofício, a empresa Resíduos do Nordeste respondeu que tinham intenções de efetuar o reforço da rede de ecopontos no meio rural em todos os Municípios, mas, devido a dificuldades logísticas e ausência de financiamentos, não era possível concretizar esse reforço, ficando o pedido registado para quando se procedesse ao alargamento da rede de ecopontos ser devidamente analisado.

Mas será que passados estes 3 anos desde o primeiro pedido, ainda não é possível a colocação de um ecoponto? Sabemos que o Município não é o responsável direto, mas tem de fazer pressão e exigências junto da Resíduos do Nordeste!!

A agravar a situação, a Resíduos do Nordeste, EIM fez chegar via CTT um desdobrável a todos os habitantes, incentivando a separação seletiva, com o *slogan*, “separar e valorizar vai do começar”.

Ora, na minha opinião, devem começar por colocar o ecoponto, ou é assim que pretendem alcançar as metas comunitárias para a separação e reutilização de resíduos urbanos estabelecidas para 2025 e 2030, obrigando as pessoas que pretendem fazer essa separação a ir colocar esse lixo a 5 ou 6 km da sua habitação e voltarem? Agradecemos que o Município desenvolva contactos com a empresa Resíduos do Nordeste de forma a ser possível a colocação do ecoponto.

Senhora Presidente, e o melhoramento dos polidesportivos? Vão ser remodelados e entregue a sua manutenção às juntas de freguesia, ou vão continuar degradados? Era uma promessa do mandato anterior, chegaram até a enviar um ficheiro às juntas com os custos do investimento, mas até hoje nada!

Aguardamos resposta.

Queria também deixar aqui duas ou três questões sobre Plano Diretor Municipal (PDM).

Senhora Presidente, para quando está previsto ficar concluído, dados os sucessivos adiamentos?

Senhora Presidente, vamos ter conhecimento se as propostas efetuadas pelas juntas de freguesia às delimitações/alterações foram aceites, ou só nos será dada a conhecer a versão final?

E, relativamente ao regime de edificabilidade nos espaços agrícolas, que permitia a construção em terrenos agrícolas com determinada área, vai continuar a ser permitido?

Como já aqui referi, o próximo PDM será um instrumento de gestão que irá contribuir negativamente para o desenvolvimento da nossa freguesia, pois neste momento já existem poucos terrenos com capacidade construtiva face à procura, com as alterações previstas serão ainda menos e o crescimento fica assim comprometido.

Senhora Presidente, na Sessão de segunda feira, em resposta ao Senhor Deputado *Carlos Pires*, referiu que não podemos discriminar as localidades com poucos habitantes. Concordo, mas também não podemos parar de investir naquelas que estão em crescimento, que já são, infelizmente, poucas. Se existem localidades que ainda tem capacidade de crescimento, tem de existir uma discriminação positiva para dar resposta às necessidades desses habitantes, senão vamos contribuir para as poucas localidades capazes de atrair novos habitantes o deixem de ter, pois as infraestruturas existentes não acompanham o crescimento, e falamos por exemplo, das condutas de água que não tem capacidade para abastecer toda a população, as ETAR's que não tem capacidade para tratar todas as águas residuais, a rede de saneamento que não chega às novas habitações, as ruas sem iluminação, etc etc.

Como vê, é urgente um investimento forte na Freguesia de Abambres, caso contrário teremos brevemente um estagnar no desenvolvimento desta Freguesia, pois para além de não conseguirmos cativar novos moradores, não conseguimos que os nossos jovens gostem de viver na Freguesia e, no futuro, tenham vontade de lá ficarem ou regressarem.

Senhora Presidente, dado que o objetivo da realização desta Assembleia dedicada às Juntas de Freguesia/União de Freguesia, é apresentarmos e discutirmos as necessidades de cada localidade, de forma que algumas dessas obras possam ser inseridas no Orçamento do Município para o ano 2025, estou certo que o seu Executivo terá em consideração a necessidade urgente de avançar com algumas das obras aqui mencionadas relativas à Freguesia de Abambres e que as mesmas serão inseridas no Orçamento do próximo ano.

Assim esperamos!

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa gostaria de informar a Assembleia Municipal, que tomou a seguinte opção relativamente à condução dos trabalhos do dia de hoje. A cada cinco intervenções passamos a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para que possa responder, criando uma dinâmica diferente e não blocos compactos de fazerem todos a sua intervenção e depois a Senhora Presidente ter que responder em bloco a todas as questões levantadas.

Aproveito também para dizer que a Senhora Presidente da Câmara Municipal *Dr.ª Júlia Rodrigues*, terá de se ausentar dos trabalhos por volta das 12:00 hrs., por ter exames e consultas médicas marcadas, a que não pode faltar. E aproveito este momento para me dirigir à Senhora Presidente da Câmara Municipal, quer enquanto Presidente, quer enquanto pessoa *Dr.ª Júlia Rodrigues*, para a Mesa lhe manifestar a maior solidariedade, relativamente à intervenção do Senhor município *Manuel Brízido*, quer no conteúdo, quer na forma.

Receba a nossa solidariedade enquanto Presidente da Câmara Municipal e enquanto pessoa. De facto há momentos e linhas que não devem ser atravessadas por ninguém, pondo em causa a dignidade das pessoas, o exercício da função política e ao atingi-la a si, atinge por extensão todo o Executivo da Câmara Municipal, o Órgão da Câmara Municipal, as instituições políticas, bem como todos os que compõem esta Assembleia Municipal.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a solidariedade da Mesa. De facto, tivemos aqui uma intervenção do Senhor Presidente da União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *Lúis Esteves*, que abordou um pouco esta questão, eu acho que também devemos nós próprios refletir sobre aquilo que nós, enquanto políticos, também somos cidadãos, também somos seres humanos e portanto, precisamos de ser respeitados como qualquer outro e hoje em dia a liberdade de expressão permite tudo, permite tudo que as pessoas pensam, dizem, acham, consideram, porque temos liberdade de expressão.

Costumo dizer que as atitudes ficam com quem as toma, mas de facto vamos todos pagar um dia mais tarde aquilo que é o afastamento das pessoas, que na vida andam com boa-fé, que se empenham na resolução dos problemas, que fazem serviço público e que, muitas vezes, são mal tratadas, são caluniadas, são desrespeitadas, não só nós próprias, mas também a nossa família. Isso faz parte do lado negro que temos enquanto políticos e se todos nós não fizermos esse esforço e condenarmos essas práticas e essas atitudes, acreditem que um dia mais tarde ficarão aqueles que por interesse, interesse próprio estarão na política e não por interesse coletivo.

E nós na política queremos os melhores, e temos entre nós Presidentes de Junta de excelência, por isso é com grande orgulho que ouvi as vossas questões e vou passar a responder.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pontes*, tocou aqui numa questão fundamental, que é a desertificação, a desertificação dos nossos territórios, nós ainda não temos nenhuma aldeia deserta, já há muitos concelhos do interior que têm aldeias desertas.

As políticas públicas municipais e até as supra municipais, poderão não ter resultados efetivos, mas todos nós juntos conseguimos combater e lutar contra esta desertificação. Não é fácil, tem que haver políticas nacionais para combater esta desertificação e confesso que o setor da coesão territorial é um setor que não tem tido resultados animadores, aqui em Portugal e no resto da Europa, daquilo que é a atratividade destes territórios, uma das questões é a questão fundamental que é a mobilidade, não só a

mobilidade rodoviária, mas também a acessibilidade a meios digitais, isso sim, faria a diferença também nos territórios e a acessibilidade em particular de situações como são os serviços de saúde.

Os serviços de saúde podem fazer a diferença de alguns casais jovens e menos jovens de se fixarem nos territórios, porque aquilo que decide a nossa vida é de facto a educação, a saúde, a qualidade de vida, em relação à qualidade de vida nós temos qualidade de vida a nível ambiental ainda temos qualidade de vida.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pontes* eu não vou fazer alguma referência em relação à própria Freguesia, até porque isso depende da gestão da Freguesia, eu acho que deve ser naquilo que é a esfera de competências da União de Freguesias e por isso não vou fazer qualquer comentário, mas concordar que efetivamente as verbas que a Câmara Municipal transfere para as Juntas e União das Freguesias também são para garantir a limpeza urbana, para a manutenção e posso-vos dizer que ao longo destes sete anos, quem faça uma fotografia em cada um dos territórios e do meio rural, existe uma diferença substancial na forma como as nossas Freguesias estão tratadas e é preciso dinheiro, é preciso investir, mas é preciso muito trabalho de cada junta de freguesia, de cada Executivo, de cada Assembleia de Freguesia, que também são Órgãos muito importantes, que fazem a diferença nos territórios.

É muito importante esta coesão dos Executivos, para que em conjunto consigam trabalhar no seu território com os meios que temos. Ora os recursos financeiros nunca são ilimitados, a Câmara Municipal também não tem recursos ilimitados e por isso aquilo que foi feito para a mudança de paradigma que foi feita de transferir verbas para as juntas de freguesia poderem executar, porque estão mais próximas, ou seja, descentralização de competências, julgo que é uma batalha ganha por todos, porque efetivamente temos caminhos asseados, na grande maioria há a diferença na vida das populações, que depende naturalmente da estratégia do próprio Executivo da Junta de Freguesia, há freguesias e uniões de freguesias que estão a apostar também na questão cultural, no apoio social, na proximidade que têm todos eles às populações.

Eu julgo que Mirandela esteve na linha da frente nessa automatização, nessa proximidade com a resolução dos problemas, porque cada freguês e nosso município e isso faz com que juntos consigamos chegar mais longe. Obviamente com os recursos limitados que todos temos, ou seja, todas as prioridades das juntas de freguesia, são as nossas prioridades, mas as nossas prioridades, muitas vezes também é difícil, acreditem, como vocês têm alguma disparidade entre aldeias e as aldeias são diferentes, com necessidades diferentes, também nós temos que tomar decisões com base naquele contexto, naquelas necessidades, temos que olhar o concelho como um todo e tentar equilibrar, sob o ponto de vista daquilo que foi o investimento do passado, com aquilo que é o investimento do futuro, com aquilo que pode vir a ser.

Não vamos conseguir resolver os problemas todos, não vamos conseguir, porque resolvem-se uns problemas e há outros que surgem, as infraestruturas estão obsoletas, estão muito degradadas, nós sabemos que a nossa rede de água e saneamento tem efetivamente muitos quilómetros e que têm deficiências muito graves. As ETAR's têm particularidades muito interessantes sob o ponto de vista de soluções, hoje em dia já há soluções muito mais modernas e obviamente, contamos com instrumentos nacionais para poder fazer um investimento, porque este não é um problema do Município de Mirandela, é um problema do interior do país, nós não somos sustentáveis sob o ponto de vista das grandes redes de água e saneamento, porque nós não temos a densidade populacional que os grandes centros urbanos têm e portanto, aquilo que é a receita que os grandes Municípios têm em relação à água, em relação ao saneamento, nós temos mais despesa do que receita, isso faz com que tenha que haver solidariedade a nível nacional, dos grandes Municípios para com os pequenos Municípios.

Esta era a base da Taxa FETA, que nunca chegou a ser implementada, mas que tinha toda a lógica de existir e estamos a falar da rede de infraestruturas, como estamos a falar da gestão de espaço florestal, da questão dos espaços rurais. Tem que haver essa solidariedade, porque nós também temos um problema na disponibilização de verbas dos Orçamentos Municipais, porque as receitas de IMI, IRS, impostos nunca é, como sabem, nunca dá para resolver os problemas de todo um concelho.

Em relação à intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suçães, *Luísa Deimões*, aceitamos o convite, é um grande desafio, é com gosto que estaremos na Feira do Pão e do Azeite, uma feira que já se realiza há muitos anos e que já tem história no nosso concelho.

Relativamente ao Museu, já foi feito o levantamento topográfico, neste momento ficou combinado fazer o projeto e nós vemos qual é o investimento que tem de ser feito, para podermos dar uma vida nova ao Museu que tem história e que merece a nossa atenção.

Quanto à Rua da Escola, já foi solicitado o projeto, temos que fazer o projeto para podermos executar, a ver se conseguimos orçamentar.

Em relação à município e à pessoa, foi feita uma candidatura ao programa 1.º Direito, como sabe, estamos em fase de orçamento para submeter a candidatura ao IRUH. A grande dificuldade que muitas vezes nós temos é realojar as pessoas na própria aldeia, isso acontece a muitos municípios que têm casa sem dignidade para a sua habitação, mas depois não se encontram espaços para arrendar na própria aldeia. Isso acontece regularmente, porque os proprietários não querem arrendar. Mas penso que devemos todos fazer um esforço para não retirarmos as pessoas do agregado onde estão e tentarmos ver se existem outras soluções na própria aldeia, para também não estarmos a despojar ainda mais as localidades.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *Luís Esteves*, concordo em absoluto, já falamos sobre isso. Efetivamente, os processos em Tribunal não dependem só das Câmaras, nem das juntas de freguesia, dependem também daquilo que é a conflitualidade que existe em alguns territórios. Existem, acreditem, territórios muito conflituais e nós aqui na Assembleia Municipal, muitas vezes, damos um péssimo exemplo daquilo que é a conflitualidade, porque uma coisa é o debate, outra coisa é o conflito.

Nós devemos fazer debates sérios, propor soluções, fazer as críticas, mas com o respeito que a democracia nos merece. Nós temos que dar o exemplo. E eu julgo que o Presidente *Luís Esteves* tem tido processos muito difíceis, como nós todos que estamos aqui deste lado, acreditem, também temos momentos de grande angústia perante situações que são incompreensíveis, sob o ponto de vista da atitude humana, humana e do ser humano.

Quando diz que é fácil falar contra o Presidente de Junta, acredite que é fácil falar contra tudo e contra todos, não é só contra o Presidente de Junta, nós temos aqui alguns exemplos que, efetivamente, nos fazem refletir sobre aquilo que cada um de nós falhou na educação, falhamos a onde, para haver tanta agressividade na vida.

Relativamente à estrada, nos temos, como sabe, um processo em Tribunal. Houve um abandono da obra na altura da sinalização da estrada, estamos a tentar recuperar. Em relação à estrada de Marmelos, efetivamente tivemos já um investimento grande para levar o saneamento e a água para Marmelos, falta agora esta fase final que não foi incluída neste por uma questão de prioridades, foi incluída agora neste orçamento e realmente nós todos consideramos que a Câmara Municipal, as verbas que estão no Orçamento Municipal também são reduzidas para aquilo que gostaríamos de fazer e também fazer no meio rural.

É com todo o gosto que vamos visitar as obras, também muito fruto daquilo que é o trabalho da União de Freguesias e felicitar todo o Executivo da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, por aquilo que tem sido feito e bem feito.

Quanto à intervenção do Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Hélder Castelo*, concordar e dizer que muitas vezes não é só o betão que faz a diferença na vida das pessoas, estes investimentos que combatem a solidão criam laços de convívio, Vale de Telhas tem tido excelentes projetos. Esta Assembleia Municipal também deve servir para termos e partilharmos as boas práticas, isso também é muito importante, porque efetivamente é um apoio muito grande às populações. Mas claro que sim, é preciso mais, é preciso muito mais, é preciso melhorar os procedimentos, é preciso partilhar as boas práticas a implementar para o bem estar das pessoas. Felicitar o vosso trabalho.

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *José Cabanas*, efetivamente Vale de Juncal, Abambres é uma das aldeias que nós temos que está em crescimento, felizmente, com novos habitantes e chamou-me a atenção algumas situações, a igreja de São Tomé é uma questão que tem sido sucessivamente adiada, estamos neste momento, como sabe, a fazer um trabalho com a Direção Geral de Cultura, com a Junta de Freguesia e com a Diocese Bragança/Miranda, não é uma igreja qualquer, é um imóvel que faz parte do património, acreditem que tem sido muito o investimento no turismo religioso ao longo dos últimos anos, porque efetivamente o estado de degradação enorme, mas esta igreja merece e tem que ter um acompanhamento especial e vai ter.

Em relação ao ecoponto, sabemos todos que existem esta dificuldade, não é só a colocação dos ecopontos, são também as rotas que faz a empresa Resíduos do Nordeste a todas as localidades, ou seja, não havia verba para colocar ecopontos quando eram menos de X habitantes, em relação à Resíduos do Nordeste e estamos a falar na área de intervenção da Resíduos do Nordeste, que não é só o concelho de Mirandela, é o distrito e mais alguns concelhos fora do distrito de Bragança, mas foi falado desta necessidade.

Vale de Martinho, como outras aldeias, não têm efetivamente ecoponto, já foi falado isto na Assembleia Geral, foi falado com o Diretor Geral da Resíduos do Nordeste, no sentido de acautelar estas verbas, mas ainda não foi possível, porque não basta por o ecoponto, tem que haver as rotas para retirar o lixo dos ecopontos com a cadência necessária.

Relativamente aos polidesportivos, é uma questão importante, nós somos muito sinceros, estabelecemos outras prioridades. Efetivamente os polidesportivos tinham um investimento que ultrapassava os 200 mil euros e entretanto tivemos outros investimentos prioritários, nomeadamente as questões relacionadas com a água.

Posso-vos dizer que houve essa priorização, depósitos novos, lavagens dos depósitos, tivemos a certeza e a convicção absoluta que havia que reforçar a rúbrica da Divisão de Urbanismo e Ambiente e que essa era a nossa prioridade absoluta. Lembro-me do esforço que fizemos para fazer a conduta que poderia resolver, em parte, o problema de abastecimento de água em Vale de Juncal e, efetivamente, os polidesportivos passaram para um segundo plano. Sobre isso assumo completamente essa responsabilidade e podem ter a certeza que se houver 2 ou 3 milhões de euros, como existem neste momento, para investir nas águas, nós vamos investi-los, porque consideramos que é o fator decisivo e é o fator que estamos com um risco muito elevado, da gravidade de estas situações de abastecimento público de água e também dos saneamentos terem a prioridade absoluta.

----- O Senhor Presidente da Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Um cumprimento especial ao colega *Paulo Pontes*, não é nada contra o colega *Porfírio Esteves*, mas desafio aqui o colega *Paulo Pontes* a candidatar-se às próximas eleições, porque efetivamente é um Presidente de Junta com P e o J grandes. Ele demonstrou isso, como outros, eu só acompanhei a meio do percurso, porque também só estou cá há sete anos, mas gostava muito de o voltar a ver aqui sentado.

Senhora Presidente, há pouco estava a comentar a questão do Protocolo, mas às vezes esta questão não é bem exposta e acho que por causa disto há aqui um certo mal-entendido, porque ninguém obrigou a Câmara Municipal a transferir para as juntas de freguesia essas verbas que transfere, está na livre disponibilidade da Câmara Municipal transferir, quer as do Protocolo, quer as da promoção e valorização do território, quer a bolsa de materiais. Isso só acontece porque a Câmara Municipal quer e nada mais e, portanto, quando há aqui Presidentes de Junta que vêm dizer que a Câmara não dá nada, não é “não dá nada”, a Câmara Municipal dá, anualmente, 30 mil euros a cada freguesia sem perguntar onde se vai gastar, confiando no trabalho que as juntas de freguesia fazem, no sentido da aplicação desse dinheiro.

São 30 mil euros, porque são 10,6 mil euros do Protocolo de Valorização do Território, são 15 mil euros do Protocolo da DGAL, de transferência, que a Câmara podia optar por dizer que considera fundamental conservar no Município o exercício dessas competências e, através disso, não transferir para as juntas de freguesias. Convém não esquecer isto, estas competências só foram transferidas para as freguesias, porque o Município confia no desenvolvimento dessas tarefas.

Todas essas competências que foram transferidas, e em virtude das quais as freguesias recebem 15 mil euros, se o Município considerasse, pela apreciação daquilo que tem vindo a ser o trabalho das freguesias, relativamente à aplicação desses fundos, podia pura e simplesmente dizer: “Eu já não quero mais este Protocolo, com esta e com aquela freguesia”. A igualdade deste Executivo com cada uma das freguesias, é fantástica e inquestionável, porque os protocolos podiam ser celebrados com uma freguesia, ou com outra freguesia, independentemente da cor e do Presidente, e este Executivo celebrou-o com todas as freguesias e mantém-no com todas as freguesias.

Na Freguesia de Alvites nós contamos com quatro apoios até agora, em sete anos: a estrada municipal da ligação de Alvites/Mirandela; o subsídio extraordinário que foi transferido de 33 mil euros para a escola primária de Alvites, que ainda não foi executada por circunstâncias várias, mas será brevemente; 45 mil euros para calcetamentos em Lamas de Cavalo e 9 mil euros para um arruamento que não havia uma rua calcetada na Açoreira, a Açoreira é pequenina, mas não havia uma rua calcetada.

Foi este o apoio direto, na sequência de pedido, por parte da Câmara Municipal e o que foi feito, eu não vou estar aqui a enunciar, mas foi feito muito mais e se foi feito muito mais, é porque foram dadas essas condições por parte deste Executivo às freguesias, porque efetivamente sem esses 30 mil euros anuais, nós não podíamos fazer aquilo que fizemos.

Eu lanço aqui o repto e o desafio de qualquer Presidente de Junta dizer aqui quantos funcionários tinha antes deste Protocolo? Quantas carrinhas tinham antes deste Protocolo? Quantas obras mandavam fazer? Se faziam o mesmo número de obras que fazem agora, antes deste Protocolo? Claro que é sempre insuficiente, eu se for fazer aqui como o meu colega *José Cabanas*, um rol de necessidades da minha Freguesia, quase o Orçamento Municipal pode ser lá enxertado na minha Freguesia e ainda assim podia ser sempre mais, mas o Orçamento Municipal não dá para tudo, como o meu Orçamento. Temos que fazer uma gestão e ter paciência, vamos fazer consoante conseguimos.

No que a mim diz respeito, eu com os 120 mil euros, ou 90 mil euros até agora com este Protocolo que recebi, porque falta o do próximo ano, com este 90 mil euros fizemos muita coisa.

Isto dito Senhora Presidente, eu queria deixar aqui alguns reptos, portanto, já tive ocasião de dizer informalmente, mas repito-o aqui. Relativamente à gestão de combustível no interior das áreas edificadas, é o Município de Mirandela quem tem competência, atualmente, para notificar os proprietários para procederem à limpeza e se não o fizerem voluntariamente, para promover a execução coerciva. Se o Município fosse fazer isso em todas as freguesias, não fazia mais nada desde o mês de maio até ao fim de agosto, portanto, é impossível dar resposta a isso, o Município não tem capacidade, não tem recursos humanos para dar resposta a isso. E portanto, a melhor maneira de lidar com essa situação, no que à minha freguesia diz respeito e eu já tive oportunidade de o dizer pessoalmente e reitero-o aqui, é que me ofereço para o exercício dessas competências. Já submeti essa questão à discussão na Junta de Freguesia e na Assembleia de Freguesia e é unânime, o que nós queremos é as casas limpas, as ruas limpas, os terrenos limpos e rápido.

Ainda há bem pouco tempo eu enviei um *e-mail* para a Câmara Municipal, com um conjunto de edificações degradadas e situações de falta de gestão de combustível e é alarmante, em Lamas de Cavalo há uma rua completa, são cerca de 400 metros, que se o fogo começar numa ponta vai a aldeia toda. Ninguém melhor do que o Executivo para entrar em contacto imediato com as pessoas, de realizar aqueles trabalhos, claro que precisamos de verba, mas uma questão lhe garanto, a situação em que está Lamas de Cavalo agora, se essa delegação de competências se efetuar para a Freguesia, para o ano não vai estar assim de certeza. Este era o primeiro repto, que nos permitissem, pelo menos à Freguesia de Alvites, exercer essa competência, mediante a transferência dos valores correspondentes ao exercício das mesmas.

A outra questão, é relativamente à limpeza das bermas das estradas, posso-lhe dizer que o Executivo da Freguesia de Alvites desde 2018, é ele que promove a limpeza das bermas das estradas, claro que o Executivo depois faz parte daquilo que é contratado e volta a passar, mas nós não esperamos, em maio, junho as bermas das estradas estão todas limpas, este ano fizemos tão cedo que tivemos que repetir agora e não pedimos esse valor ao Município, mas também era o repto que eu queria lançar à Senhora Presidente, no que à Freguesia de Alvites diz respeito, eu muito gostaria, uma vez que já exerço essa competência, ou realizo esta atividade, que fizesse parte do Protocolo de delegação a transferência da respetiva verba.

O outro repto que eu queria lançar aqui e até na sequência do que disse o colega *José Cabanas*, que efetivamente no interior das áreas edificadas há poucos imóveis disponíveis e temos uma questão, pelo menos na Freguesia de Alvites, que há muitos imóveis degradados. O nosso Executivo de Alvites propôs à Assembleia de Freguesia fazer um apoio aos proprietários no sentido de nos permitirem demolir as edificações e nós ficarmos com a pedra para fazermos enchimentos em caminhos, à nossa escala tem corrido bem, já vamos na quarta edificação e terrenos absolutamente limpos, graças a esse apoio com os proprietários, mas isso fica caro, entre três mil a quatro mil euros por intervenção é quanto fica, mas ganha-se, porque deixa-se de ter um amontoado de silvas, porque atrás da ruína vem a sujidade, vem a insalubridade, a falta de segurança, mas ganha-se porque fica um terreno apto para construir, atrativo para quem queira comprar e, acima de tudo, um espaço limpo e asseado. Era este o terceiro repto.

Terminados os reptos, vinha aqui aos pedidos, Mirandela dentro em breve, algures em dezembro, vai poder afirmar que no concelho tem uma Casa do Povo, como pessoa coletiva enquanto tal em funcionamento. Estamos a meio do processo de a revitalizar, está em curso o trabalho de uma Comissão Administrativa no sentido de admitir a entrada de novos sócios, por forma a poder haver eleições para os novos corpos sociais e, inclusivamente, já faz parte do conselho local da ação social. O edifício está muito degradado, efetivamente tenho a fundada expectativa de que a próxima direção da Casa do Povo, quando endereçar a este Executivo um pedido de financiamento para a reabilitação do edificado, pelo menos parte do edificado, que mereça o acolhimento.

O edifício foi inaugurado em 1965, o interior está bem, mas o telhado precisa de uma nova cobertura, as instalações sanitárias também estão degradadas e um salão maravilhoso que necessita de ser substituído.

Nós nunca fizemos esse pedido de subsídio à Câmara Municipal, porque não somos proprietários do edifício e nesse sentido não tínhamos legitimidade, somos uns ocupas daquele edifício. Efetivamente a Casa do Povo, acho que é um motivo de orgulho para o concelho e creio que no distrito não há, eu não tenho a certeza, mas aquilo que nos disse o Presidente da Confederação de Casas do Povo Portuguesas, foi que é a única no distrito, ou vai ser a única no distrito a funcionar como Casa do Povo, com fins sociais de apoio à população, um bocado à semelhança do que faz o Elos de Ternura, mas Casa do Povo.

O outro pedido Senhora Presidente, eu gostava muito, porque na minha Freguesia é a principal reclamação que temos, é a estrada de Lamas de Cavalo, é a pior estrada do concelho, eu desafio qualquer pessoa a ir a Lamas de Cavalo e que faça aquele percurso de 900 metros, para sentir o que é o terror. Só não está tão má, graças a uma intervenção da equipa da Câmara Municipal que taparam uns buracos, já é um remédio antigo para um mal que não passa e tanto assim que um freguês quando foi a Lamas de Cavalo e viu os buracos tapados, faz um comentário a dizer: “mas que vergonha é esta, estão a gozar connosco, está esta estrada neste estado e só vêm cá tapar os buracos”. Isto para dizer que pensando em coesão territorial, nós na nossa Freguesia fizemos uma coisa semelhante, nós calcetamos cerca de 900 m² de paralelo para uma pessoa, mas essa pessoa não conseguia entrar em casa e tivemos que gastar ali cerca de 20 mil euros para que essa pessoa pudesse entrar em casa. A escala Lamas de Cavalo precisa muito dessa

estrada, são cerca de 20 pessoas, no verão são cerca de 40 pessoas que têm aquela estrada terrível, degradada e que o valor está orçamentado, já enviei o orçamento ao Executivo, são cerca de 70 mil euros, era este o repto que eu fazia à Senhora Presidente, é que efetivamente incluísse no Orçamento do próximo ano a nossa estrada de Lamas de Cavallo, porque bem precisamos.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Por acaso até gostei de ouvir o meu amigo Dr. *Carrapatoso*, gostei de o ouvir. Eu tenho alguns empregados como vocês sabem, se os meus empregados fossem falar mal de mim, não sei o que lhes era capaz de fazer.

Pedir, não vou pedir nada para a minha freguesia, não adianta. Sete anos que está lá a Senhora Presidente da Câmara, nunca fez nada no Romeu e para Alvites já gastou ali uns milhares de euros para fazer obras e acho muito bem, mas como gastou tanto dinheiro em Alvites, também gostava que me calhasse alguma coisa, nem que fosse pouco, à minha freguesia. Não vou estar aqui a dizer para fazer isto ou aquilo, porque é para vos roubar aqui tempo, porque ela a mim não faz nada e está à vista.

O subsídio que pedi para a Senhora de Jerusalém, gostava que a Senhora Presidente me dissesse, que diz que vai fazer lá as obras, quando é que está a pensar em fazer lá as obras? Porque senão temos de tomar outra posição de fazer pelo povo e alguma ajuda da freguesia e arranjarmos dinheiro de outro lado, porque o telhado está a cair, o forro está a cair, até temos medo quando há lá alguma missa ou batizado, que caia aquele teto em cima de alguém e depois alguém é responsável e as Juntas Fabriqueiras acabam por não ter dinheiro e são os responsáveis, com certeza que não é a Junta de Freguesia.

Não vale a pena alargar mais, tinha mais coisas para dizer, mas também não vale a pena. Hoje dá-me impressão que o meu amigo *José Carlos* que já anda com medo, porque já não quer falar, não sei o que é que se passa ou então já lhe prometeram alguma coisa, não sei.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Múrias *CLÁUDIA AFONSO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhora Presidente, é com agrado e satisfação que estou aqui hoje a fazer esta minha intervenção, dizer que parte dos problemas que trouxe a esta Assembleia no ano anterior, estão alguns resolvidos e outros em fase de resolução, como por exemplo, a ampliação do Cemitério de Vale de Prados. Contudo, ainda há muito para fazer na minha freguesia, pois posso até dizer que tem estado a renascer das cinzas onde outros a tinham colocado.

Mas não posso deixar de demonstrar o meu desagrado com as faltas de água constantes na aldeia de Couços, roturas constantes na rede de água e avarias na bomba elétrica, que levam a que os poucos habitantes que usufruem da água da rede, estejam sistematicamente sem água nas torneiras, temos que conseguir soluções urgentes, eficazes, para que estes habitantes não estejam constantemente privados de usufruir deste bem essencial para a vida.

Também não posso deixar de referir que a aldeia de Couços, Regodeiro e Gandariças ainda se encontram sem saneamento básico, em pleno século XXI, embora esta situação seja herança deixada pelos anteriores Executivos, é um dos assuntos que queremos ver resolvido.

Pergunto à Senhora Presidente se vamos ou não ter saneamento básico na aldeia de Couços, uma vez que já foi elaborado todo o projeto.

Por fim, questiono sobre os acessos à aldeia de Vale de Prados e Gandariças será ou não possível a execução destes acessos, uma vez que ambos já se encontram projetados.

Senhora Presidente, tenho consciência que o concelho de Mirandela, não é apenas a freguesia de Múrias, mas não tenham medo de investir nesta freguesia, pois atrevo-me a dizer que talvez tenha sido a freguesia do concelho de Mirandela que mais sofreu com a falta de investimento durante décadas e décadas.

Desta forma, apelo à sensibilidade e compreensão da Senhora Presidente e do restante Executivo, para concluir o bom trabalho que iniciaram quando executaram a estrada de Múrias a Regodeiro, pois aquela gente jamais se esquecerá de quem foi que investiu, sem medos, na nossa freguesia. E porque o caminho faz-se caminhando, estou certa de que iremos continuar a caminhar e encontrar soluções para o investimento e não deixar que as nossas aldeias sejam votadas ao abandono.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Hoje decidi fazer esta intervenção porque o ponto desta reunião refere-se às Freguesias e Uniões de Freguesias, para além do respeito que merece enquanto Presidente Câmara, venho aqui hoje manifestar-lhe a minha grande insatisfação, acho eu que ao longo destes anos e já vai para dois mandatos, sempre demonstrei respeito por si e pelos seus Executivos, embora admita que nem tudo está mal, tenho que referir que não posso estar satisfeito com o que o seu Executivo tem feito pela minha União de Freguesias, já mencionei que estamos muito próximos de terminar dois mandatos, com a Vossa Excelência a presidir o nosso concelho e as minhas reivindicações nestes dois mandatos, continuam por resolver.

Por momentos ainda tive esperança, pois as reuniões que tive com o Senhor Vereador *Vítor Correia* e com a presença de uma mulher por quem tenho muito consideração e estima, que é a amiga *Sónia Mota*, no início deste mandato tudo fazia querer que havia uma luz ao fundo do túnel. Falamos de vários assuntos, nos quais o Senhor Vereador demonstrou acordo em todos eles, manifestando algum entusiasmo com alguns assuntos reportados, um dos quais o edifício do lagar de Azeite, que está equipado com todas as peças antigas de moer a azeitona e que o Senhor Vereador achou maravilhoso podermos reativar, infelizmente, até ao momento, não passou de entusiasmo, nada foi feito.

Outro assunto falado foi no caminho rural com 2 km que vai do Navalho a Abreiro e que iria facilitar e muito estas duas aldeias, assim como aldeias vizinhas que na altura da colheita da azeitona utilizam este caminho para transportar a azeitona para o lagar de Abreiro. Infelizmente, até ao momento, nem umas carradas de brita conseguimos para melhorar este acesso.

Entrada dos Avidagos, adquiriu o terreno e alargou esta entrada, foi-nos prometido uma intervenção para embelezar e melhorar este alargamento, até ao momento, nada foi feito.

Parque infantil de Pereira, que eu já por várias vezes manifestei a minha preocupação, pois a degradação é muito acentuada, mais uma que até ao momento, nada foi feito.

Polidesportivos, degradação completa. No polidesportivo de Pereira, a vedação completamente em ruínas, ainda mais com as crianças do primeiro ciclo na escola ao lado do polidesportivo e a precisarem de irem para lá fazer ginástica. Também continua igual, piso degradado e a vedação a ruir.

Os cadeiros prometidos para o largo de Pereira, que até hoje não apareceram, os saneamentos do Carvalhal e da Palorca, também prometidos, dizendo que iriam ser uma realidade.

A União de Freguesias até já conseguiu arranjar terreno para fazer as fossas e mesmo assim nada feito.

Os problemas que temos tido com o abastecimento da água, mais nos Avidagos e Pereira. Houve vários dias em que estas pessoas se viram sem uma única gota de água e por isso, inibidas de tomar banho e de fazer a sua alimentação.

Espero e desejo que no próximo verão, não tenhamos de recorrer de novo aos Bombeiros, pois isso para mim não é solução.

Também fui informado que os alunos que se fazem deslocar da margem sul do concelho, normalmente os autocarros vêm cheios e tem de haver alunos que vêm de pé nos autocarros, quanto a mim isso é insegurança e deveriam averiguar o assunto, porque pode acontecer algum acidente e depois todos nós lamentamos.

Já agora, embora não seja minha intenção voltar a trazer para debate o assunto das festividades da nossa cidade, agradecia que ponderassem para o próximo ano darem uma verba, pelo menos de dois mil euros, a todas as aldeias que fizessem festa. A meu ver, é uma verba mais que justa, visto termos ficado a saber dos montantes, e a meu ver, bem gastos na cidade.

Podia estar aqui a enumerar muitos mais problemas que têm existido ao longo destes anos, mas fico por aqui. Só agradecia que me informasse para quando Vossa Excelência e o seu Executivo estão a pensar resolver todos estes assuntos, e já agora, se me permite, como acha que um Presidente de Junta deve qualificar o Executivo da Câmara com todas estas promessas feitas e não cumpridas?

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa *PORFÍRIO ESTEVES* (PSD) solicitou a palavra para defesa da honra:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu vinha aqui responder ao Senhor *Paulo Pontes* e também o desafio a si, como já o desafiei anteriormente. Pode ir às Assembleias de Freguesia para falarmos deste assunto e de outros, até à data nestes três anos ainda não foi a nenhuma.

Não sei a que horas foi hoje de manhã à União de Freguesias, eu pelo menos fui à União de Freguesias e vi lá pessoas. É verdade que as aldeias estão desertificadas e não sei qual foi a questão que colocou à Senhora Presidente a nível de União de Freguesias.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Começo por responder ao Senhor Presidente *Eurico Carrapatoso*, relativamente ao Protocolo, podemos evoluir, uma das questões é haver outras abrangências que já passo depois a explicar, mas efetivamente, julgo que foi a mudança de paradigma, foi uma conquista das nossas juntas e uniões de freguesias, portanto é pela confiança no trabalho das juntas de freguesia que estamos aqui.

A questão da execução é importante, nós estamos a transferir verbas para as uniões e juntas de freguesia, mas o que é certo, é que também temos que verificar a execução, ou seja, fazer a transferência para investimento e não haver investimento é uma preocupação. Por exemplo, se nós a nível de Fundos Comunitários não executarmos, nós temos que devolver as verbas porque existe um período de execução, que é o ano em que nós estamos a fazer a transferência das verbas. Julgo que praticamente todas as juntas de freguesia têm tido execução, à exceção de algumas que acredito que possamos melhorar este acompanhamento e esta dedicação.

Quería fazer aqui uma referência, mas esta é transversal a todas as uniões e juntas de freguesias, que tem a ver com a iluminação pública, quando nós falamos nos investimentos que são feitos nas juntas de freguesia e eu já vou elencar muitos deles, porque vocês estão mais preocupados com a vossa realidade, mas também temos que ter a noção que se por um lado houver a necessidade do investimento também é outra questão importante, ou seja, se nós temos juntas de freguesia que nas décadas passadas houve um investimento nas juntas de freguesia é natural que façamos a avaliação, isto foi referido pela Senhora Presidente de Múrias, é natural que, feita a avaliação, haja mais necessidades noutra junta de freguesia, e portanto, estes apoios extraordinários sejam canalizados para aquilo que é estabelecido como prioritário, essa é uma realidade e por isso não podemos estar a comparar o que é incomparável e dizer que só damos a uns e não damos a outros, não é de todo verdade.

O critério é uniforme em todos, podemos não concordar com os critérios que tiveram por base o Protocolo, mas a verdade é que antes do Protocolo era o Executivo que decidia a totalidade das verbas que eram atribuídas às juntas de freguesia, ou seja, havia juntas de freguesia que tinham tudo e outras não tinham nada, isso é uma realidade. É escusado estarmos aqui a tentar dizer que as freguesias não recebem nada. Não, todas recebem e vamos falar de números mais à frente.

Em relação à iluminação pública tenho a dizer-vos que todos os pedidos que foram feitos pelas juntas de freguesia e é um investimento considerável, foram aprovados.

Tem havido novos ramais, novos pontos de luz em todo o concelho e esse é um trabalho que tem sido feito pela Divisão de Obras Municipais e Urbanismo e a verdade é que a qualidade de vida e as decisões de onde investir o dinheiro é das juntas e uniões de freguesia.

Uns optaram por comprarem uma viatura, ou por terem trabalhadores, nunca uma junta de freguesia teve tanta autonomia para fazer investimentos e para decidir os seus investimentos e portanto, é preciso dizê-lo.

Em relação aos reptos que foram lançados pelo Senhor Presidente de Junta, temos que analisar esta questão de gestão de combustível no interior das áreas certificadas, é uma questão muito importante e temos que avaliar a verba que poderá estar numa adenda ao próprio Protocolo. Nas estradas municipais já temos o estudo feito e é verdade que a Câmara Municipal pelos quilómetros de estradas que tem, não consegue fazer a limpeza em simultâneo, em todas, foi contratualizada uma empresa para fazer a limpeza das bermas, é possível que sempre que as juntas de freguesia queiram assumir, é preciso que nós venhamos a fazer essa adenda, no sentido de haver aqui uma colaboração ainda mais estreita pela nossa capacitação para resolver o problema da limpeza das bermas.

Nós temos consciência que isso é um problema e que as juntas de freguesia estão disponíveis para nos ajudar, obviamente, não podemos em simultâneo limpar as estradas toda da área do concelho.

Em relação aos pedidos, dar os parabéns pela casa do povo, dizer que de facto existindo uma Federação das Casas do Povo com fins sociais, as Casas do Povo fazem parte da nossa história e é preciso valorizá-las e por isso felicitar esta abordagem, é uma grande mais valia.

Em relação à estrada das Lamas de Cavalo, temos consciência que está bastante danificada, ou seja, foi bastante mal classificada, mas tínhamos a prioridade com São Pedro Velho, que também estava e outras que estavam nesta situação.

Em relação à questão, se vai haver ou não verba, ainda estamos a preparar o próximo Orçamento Municipal para 2025. Estamos agora a definir as prioridades, vamos ver o que ainda conseguimos fazer.

Relativamente ao Senhor *Bernardino Pereira*, vou-me abster de fazer comentários sobre as primeiras afirmações que fez e portanto, dizer que nunca se fez nada no Romeu, também não posso concordar, a não ser que não tivesse havido execução dos 770 mil euros que foram transferidos para a União de Freguesias nos últimos sete anos, ou seja, em 2024 vão ser transferidos 138 mil com base no Protocolo, dizer que não foi feito nada, não é verdade, há de facto execução e ainda bem que há execução.

São verbas que são da Câmara Municipal, do Orçamento da Câmara Municipal, todas as obras que as juntas de freguesia fazem, são obras das juntas, mas dizer que a Câmara Municipal não deu nada ao Romeu, não é verdade, porque a nível do Protocolo foi dado este valor nos últimos sete anos, esse é o valor total. Foram feitas outras coisas que o Senhor Presidente sabe que foram feitas e portanto, estão no terreno, são visíveis. O investimento da própria ecopista passa entre as Freguesias de Carvalhais e Romeu e valoriza muito aquele território.

Quanto à intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia *Cláudia Afonso*, temos já o saneamento básico dos Couços, é uma prioridade da Junta de Freguesia e concordo em absoluto que existem efetivamente Uniões de Freguesia e aldeias que foram abandonados nos últimos anos e obviamente que estão com alguma dinâmica e investimento e é preciso fazer também este equilíbrio na coesão territorial e não só por outro tipo de argumentos

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias *Arménio Vaz*, o respeito é mútuo o Senhor Presidente sabe perfeitamente que foram feitos muitos investimentos na Freguesia, bastantes, aliás concluímos uma grande estrada na altura e portanto, obviamente não está tudo feito, muito ainda há para fazer.

Tenho também a dizer que relativamente aos parques infantis, a verdade é que foi feito um parque infantil no Navalho na altura. Temos juntas de Freguesia que eles próprios estão a fazer os parques infantis, por exemplo, Cedães fez o próprio parque infantil, depende dos investimentos que as juntas de freguesia querem fazer. A União de Freguesias tem capacidade financeira, mas de qualquer forma, tivemos, como sabe, alguns investimentos significativos.

Em relação ao saneamento da Palorca e do Carvalhal, vai entrar neste novo bolo do financiamento, temos 2 milhões de euros para fazer redes de águas e abastecimentos, mas eu posso-vos dizer algumas ETAR's, a rede de drenagens de água residuais e ETAR's que foram feitas, porque eram situações gravíssimas sob o ponto de vista ambiental, não quer dizer que a Palorca e o Carvalhal não sejam, mas estamos a fazer de aglomerados populacionais de uma dimensão e que tem um impacto ambiental muito grande, por exemplo, Passos, Vale Maior, estamos a falar de todas as estradas municipais que foram feitas, os vários arruamentos e infraestruturas de água, a aldeia da Bronceda também não tinha saneamento, a rede de abastecimento e drenagem de águas residuais em São Pedro de Vale do Conde e Marmelos, vários muros de contenção espalhados por todo o concelho, o regadio coletivo tradicional de Contins, o *Centro de Cycling* em Vale do Lobo, a ampliação de iluminações, a construção da passagem hidráulica em ribeiro na aldeia do Romeu, na rua de S. Brás, a execução da ETAR em Rego de Vide, a requalificação de praias fluviais, um grande projeto na renovação de contadores de água, um investimento aproximadamente de 150 mil euros e várias execuções de ampliações de cemitérios, vários muros da aldeia dos Avidagos precisamente, restauro de vários patrimónios históricos e portanto é um sem número de intervenções que foram sujeitas a concurso público, que foram sujeitas a adjudicações e que fazem parte das nossas obras executadas e adjudicadas. É um sem número de investimentos que foram feitos, não estou a dizer que foi tudo feito, mas efetivamente houve muitas intervenções em todo o território, inclusivamente na cidade, na vila e em todas as freguesias.

O que é que eu posso dizer se nós só vemos o lado negativo da governação? Não posso fazê-lo mudar de opinião Senhor Presidente, respeito que considere que nada foi feito, mas efetivamente houve muito investimento e a provar isso temos todas as transferências que são feitas.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria dizer à Senhora Presidente que tem uma capacidade que qualquer pessoa não tem, tem uma capacidade para se defender e depois acaba por mentir e quer levar os outros a dizer que mentem. Eu já disse aqui várias vezes, já não foi só hoje. A Senhora Presidente não deu nada para o Romeu nestes sete anos, sem ser o Protocolo que dá igual aos outros, eu já disse isto várias vezes, mas a Senhora quer sempre defender, a Senhora tem conversa para todos, ainda bem, tem capacidade para isso.

Foi pena não ter arranjado um curso de Advogada.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimentos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obviamente que eu disse na minha intervenção que havia coisas que estavam corretas e que eu achava correto. Também não digo que não foi feito nada no Navalho. A estrada que foi feita de Avidagos para o Navalho, foi feita porque o nosso amigo Eng.º *António Branco* a deixou adjudicada e portanto, teria que ser feita, se não fosse feita teria que indemnizar o empreiteiro, suponho que foi feita porque realmente ficou adjudicada e teria mesmo que ser feita.

Igualmente como o meu amigo *Bernardino Pereira*, tenho que dizer que a única coisa que recebo é o que está protocolado como toda a gente, porque realmente além do Protocolo, em relação aos materiais, acho e sempre disse que não é justo dar tanto material a cinco aldeias como darem a uma aldeia só e portanto, isso é injusto. As obras que eu mencionei e que me foram prometidas pelos Senhores Vereadores não foram feitas e hoje estão por cumprir.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só dar aqui um pequeno esclarecimento, são factos, não vale a pena estarmos aqui a dizer que cursos é que cada um de nós pode tirar, eu até agradeço a simpatia, a capacidade de argumentação, mas nós temos que nos basear em factos.

Cada território é um território, nós não podemos comparar os investimentos e as necessidades de investimento de umas freguesias com outras, nós sabemos que existem freguesias que são servidas pela Autoestrada, temos uma diversidade de necessidades diferentes das juntas de freguesia que de facto é difícil percebermos muitas vezes, ao vermos aquilo o que são as transferências, são realidades e necessidades de investimento diferentes.

Como é que nós podemos comparar uma freguesia ao pé de uma estrada nacional que tem benefícios da IP, com uma freguesia que é servida por uma estrada municipal, como é que podemos comparar freguesias que não tinham saneamento básico, nem redes de água de abastecimento público, com outras que já tinham essas infraestruturas básicas, há situações que não são comparáveis e estar aqui a dizer que não há investimento numas freguesias e há noutras além do Protocolo, se o Protocolo é a principal ferramenta que a Câmara Municipal tem para fazer as transferências de verbas para as juntas de freguesia e não são verbas quaisquer, estamos a falar mais de 750 mil euros em sete anos, estamos a falar em verbas substanciais, não estamos a falar de verbas pequeninas do Orçamento Municipal, estamos a falar em verbas substanciais e por isso é preciso saber que não estamos a trabalhar todos para o mesmo fim, até podemos criticar a fórmula como é feita, as Uniões de Freguesias têm um aumento de 10% relativamente aquelas que são Freguesias, mas o cálculo foi feito com base no FEF de cada Freguesia e portanto não vale a pena estarmos a dizer que não há diferenças, porque há diferenças entre todas, até a nível da mobilidade.

Temos aldeias que não têm forma de chegar à sede do concelho e temos aldeias que estão tão próximas que é muito fácil de chegar e estarmos aqui a comparar as juntas, pelos números, ou pelo número de habitantes, ou pelo número de verbas que são atribuídas, ou pela distância à sede, Mirandela ou à Torre Dona Chama, temos que ser equitativos, ou seja, temos de criar equidade em todo o concelho que é tentar tratar diferente o que é diferente, porque não há nenhuma freguesia igual, não há nenhuma aldeia igual, também não há seres humanos iguais e por isso, cada freguesia tem a sua necessidade.

Relativamente ao Senhor Presidente *Arménio Vaz*, dizer que efetivamente a obra estava adjudicada, eu não disse que não estava adjudicada, foi feita, paga e está ao serviço de todos e outras situações que foram investidas na União de Freguesias como sabe, não vale a pena estarmos aqui a dizer que nada foi feito, também não foi tudo feito, tem toda a razão. Estivemos unidos no sentido de resolver a grande parte dos problemas que temos.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimentos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria que a Senhora Presidente dissesse como é que foi buscar esses números de 700 mil euros, em quantos anos é que é e tal, porque quem vê isto lá fora diz assim: "ah, o Senhor Presidente da Junta do Romeu não faz nada e recebeu 700 mil euros".

Será que os meus colegas também receberam 700 mil euros? A onde é que estão os 700 mil euros? Faça-me isso em miúdos e agradecia que me fizesse chegar do que é que são os 700 mil euros. Se não as pessoas pensam que eu é que ando a roubar dinheiro à Junta, fala assim em 700 mil euros. Já lhe disse agora e anteriormente, a Senhora tem uma capacidade de mentir que nunca vi.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu respeito até pela pessoa que é e pelo que representa e por isso, não vou fazer comentários a uma injúria que foi feita, a União de freguesias dos Avantos e Romeu, recebe um valor total de 765 mil euros nos últimos sete anos, desde 2017, do valor total dos sete anos, foi isso que eu disse.

O Senhor Presidente não deve ter percebido bem, eu disse nos últimos sete anos foi o valor que recebeu a União de Freguesias de Avantos e Romeu, no último ano foram 138 mil, ou seja, isto são os dados que me foram transmitidos pelo Senhor Vereador que está em contacto direto com as juntas de freguesia, que é o Senhor Vereador *Vitor Correia*, eu não sei de cor os valores que são transferidos para as Juntas, eu referi o valor total dos últimos sete anos.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Como esta Assembleia é unicamente para as Freguesias e todos nós transversalmente, sem exceções, nem Mirandela, nem a aldeia grande da Torre dona Chama, que não passa disso, é uma vila, mas não passa disso, de uma aldeia grande um bocadinho o território nacional, sabe aquilo que eu estou a dizer, infelizmente temos aldeias com mais vida, do que algumas vilas da nossa região.

Eu venho aqui pedir ao Senhor Presidente da Assembleia, se o regulamento me permite, visto que estamos no meio rural, a fim de cessarmos todos os trabalhos da nossa Assembleia, não sei se vamos conseguir antes de almoço ou após, mas também fica ao critério do Senhor Presidente da Assembleia, pedir um Minuto de Silêncio em memória do Matilheiro *Valter dos Santos Cadavez* que faleceu no passado dia 4 de setembro, porque já o fizemos aqui por várias pessoas que estiveram na nossa região que ficaram mais frisadas, por fazerem isto ou aquilo.

Este Senhor foi matilheiro, quem conhece um bocadinho o mundo da caça na questão de ser matilheiro, em treinar os seus animais para uma caça específica, que no caso dele era o javali, quem esteve presente no funeral dele, em Valongo das Meadas, viu o mundo de gente que se fez permanecer nas cerimónias fúnebres, milhares de pessoas.

Eu vinha solicitar ao Senhor Presidente que propusesse à nossa Assembleia no final de todos os trabalhos um Minuto de Silêncio em memória de *Valter dos Santos Cadavez*.

Agora vou falar aqui um bocadinho das freguesias, já foram aqui feitas algumas considerações, do que está bem e do que está mal. Eu mais uma vez no que diz respeito às minhas duas localidades, Freixeda e Vila Verde, venho aqui sublinhar, mais uma vez, a questão fulcral da nossa estrada municipal 578 que precisa urgentemente de uma requalificação, todos nós sabemos que ainda tem uma grande extensão de quilómetros e não se consegue fazer com qualquer valor.

Os acidentes são constantes, as pessoas já são poucas a fixarem-se nas nossas terras, se não fornecermos melhores condições de vias, as poucas que tempos irão também para outro lugar, para os concelhos vizinhos, como tem acontecido, Vila Flor, Macedo de Cavaleiros, têm saído dali.

Também quero aqui agradecer o subsídio que nos foi aprovado na última Assembleia, subsídio esse que já tinha sido solicitado pela Junta de Freguesia em setembro de 2022, que se destinava à construção de uma casa mortuária que está a ser construída em Vila Verde, as pessoas de Vila Verde, principalmente as que estão mais próximas do local, podem vir aqui confirmar o que eu vou dizer a seguir. Nós temos feito o trabalho à medida que vamos conseguindo juntar dinheiro, se calhar este mês temos um dinheirinho, a obra anda mais um bocadinho e tenho andado sempre assim desde que começou, porque não trazemos contas atrasadas felizmente. Se há, continua-se, quando não há para-se e já tivemos três, quatro meses com as obras paradas e felizmente agora o subsídio foi aprovado e muito bem, agradecemos e esperamos por ele, que é sempre bem vindo.

De resto, aqui alguns pontos que poderiam ser mais frisados, a limpeza das bermas das estradas, isso é transversal a todo o concelho, deveria de ser um bocadinho melhorado.

Tenho aqui uma situação, que se está a passar hoje, não sei se algum de vós terá conhecimento. Há greve na cantina das Escolas e pelo que me fizeram chegar há pouco tempo, só está assegurada a refeição aos miúdos até ao 4.º ano, daí para cima, os pais têm que se desenrascar e têm que ir buscar os miúdos para ir dar de comer alguma coisa, senão ficam sem comer.

----- O Senhor Presidente da Freguesia da Fradizela *MANUEL FIGUEIRA (PS)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu vou falar, como sempre fiz, sobre situações que eu considero desajustadas e sobre os problemas graves que enfrentam as juntas de freguesia no que respeita a meios humanos e a mão de obra para executar os trabalhos que são necessários.

Sempre pautei as minhas intervenções nesta Assembleia pelo respeito pelas pessoas, sem deixar de criticar comportamentos que entendo como desadequados. Enquanto aqui nesta Assembleia se discute longamente o porquê do espaço de festas da Sr.ª do Amparo ser aqui e não ali e se destilam exaustivamente ódios de estimação, que em alguns casos não serão mais o reflexo de uma perceção de que fazer oposição é dizer mal de tudo o que se faz, como forma de afrontar pessoas que não gostaríamos que tivessem sido eleitas, mas que efetivamente foram e como tal têm de ser respeitadas, que é o mínimo que se exige em democracia.

A contestação e a crítica são legítimas e necessárias, desde que sejam construtivas e respeitadas, o que como nesta Assembleia temos assistido, nem sempre se verifica e a verdade é que bastam algumas notas dissonantes para desafinar a melodia. Isso é verdade, porque há pessoas mais sensíveis, outras menos e há pessoas que se sentem inclusivamente mal, numa Assembleia onde estes critérios do respeito mútuo não sejam respeitados.

Nós estamos aqui mandatados para representarmos a quem nos elegeu e não para fazer bandeira dos nossos egos e tenho a certeza que quem nos elegeu não aprovaria certos comportamentos relativamente a outros, que foram eleitos pelos mesmos eleitores que nos elegeram a nós.

Tenho que confessar que quando me retirar não vou guardar saudades destas Assembleias, o que não tem nada a ver com a condução dos trabalhos por parte das Mesas da Assembleia, que têm sido sempre pautadas pela competência e isenção, quer neste mandato, quer no mandato anterior, nem com a forma de estar da grande maioria dos Deputados.

Assim dizia, enquanto se perde tempo com problemas menores, outros que deveriam merecer a nossa atenção são praticamente ignorados. Não é novidade para ninguém que 90 % de nós somos filhos de agricultores e se não fosse essa atividade o nosso Município não seria o que é, nem Mirandela teria a vida que tem, não obstante da agricultura e dos seus problemas não se fale nesta Assembleia e se fala muito pouco noutros fóruns.

Também muito poucas intervenções incidem sobre as autarquias e as dificuldades que enfrentam, que tenho a certeza também, muitos Deputados não conhecem, pois apesar deste aspeto de terem mais que triplicados meios financeiros disponíveis, isso não quer dizer que todos os problemas estejam resolvidos, atrevo-me mesmo a dizer que o poder autárquico, pelo menos no que respeita às juntas de freguesia, em territórios de baixa densidade, se nada se fizer está em risco de colapsar por falta de candidaturas disponíveis e com preparação bastante para assumirem as cada vez mais complexas e exigentes tarefas que lhes são atribuídas.

Eu, como Presidente de Junta sinto-me às vezes quase um condutor sem carta de condução, apesar da intensidade do tráfego ser cada vez maior. É o que faz tratar da mesma forma em termos de organização e funcionamento realidades diferentes. Uma

freguesia de 300 eleitores não tem nada a ver com outra com 10 ou 20 vezes maior, que tem serviço permanente, com funcionários administrativos e horários de atendimento permanentes e ao que parece vem aí o Despacho Ministerial com mais carga burocrática. Parece que os governantes tardam em perceber que a esmagadora maioria dos autarcas têm uma vida profissional e o tempo que dão à autarquia é o que tiram ao seu descanso.

Outro sinal dos tempos é o facto de nas últimas eleições, em algumas das nossas freguesias apenas terem apresentado uma única lista a sufrágio e crescem o número de candidatos que integram as listas de freguesias onde não residem. Tudo isto são sinais de que o cerco se vai apertando, o que não se vê é sinais que haja consciência que é preciso encontrar antídotos para suprir atempadamente estas carências, não vá acontecer que um dia, numa qualquer freguesia não se consiga formar uma lista sequer. Não vejo que haja outra solução que não seja a de começar a unir o que em tempo se separou.

Outro problema a enfrentar é o de conseguir encontrar mão de obra devidamente credenciada para a manutenção e limpeza de ruas e caminhos.

Por último, é justo referir que o melhor de tudo são os autarcas, ultrapassando dificuldades de toda a ordem, têm conseguido preservar e melhorar a qualidade de vida nas suas freguesias.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fradizela *Manuel Figueira*, a Mesa também agradece reconhecida a referência das suas palavras e o discurso que fez, aliás, como todos os restantes que já fez sempre muito assertivos e oportunos.

----- O Senhor Presidente da Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Antes de começar a fazer algumas questões ao Executivo, permitam-me que me dirija ao Senhor Presidente da Assembleia, no que diz respeito a uma solicitação que a Bancada do PSD fez à Mesa para pedir ao Executivo, que era pertinente nesta Assembleia termos essa relação, que era a comparação das verbas todas transferidas desde 2017 para todas as freguesias, quer subsídios extraordinários, quer obras, quer investimentos, talvez haja essa dúvida agora dos valores escusadamente, provavelmente será feita essa apresentação, mas era de bom tom a Mesa fazer-nos chegar isso, se tiver que ser discutido em Comissão Permanente que seja, era bom termos isso antecipadamente para percebermos nós próprios e as restantes freguesias fazerem a comparação e ver a tal equidade que a Senhora Presidente tanto fala, porque a equidade não é preciso só falar nela, é preciso saber os problemas de diferentes freguesias que são completamente diferentes e nisso a Senhora Presidente tem razão, mas a equidade não funciona. Podemos ver isso no Protocolo que não há equidade, há uma igualdade, no Protocolo que foi celebrado com as freguesias há uma igualdade de valores, aí já não existe equidade.

Eu não critico, acho que foi uma mais-valia e podemos agradecer ao impulsionador desta medida o meu colega *Paulo Pontes*, que na altura despoletou essa situação, é uma mais-valia, é uma manobra que nós temos, mas as coisas não são bem assim, eu sei que quando explicadas dessa maneira, quando a Senhora Presidente diz que são transferidos 700 mil euros para determinada freguesia, era preciso vermos e sabermos como é que essas transferências são feitas, na minha situação acho que essa igualdade, provavelmente todos os Presidentes de Junta receberam isso, é uma igualdade e não uma equidade e a Junta de Freguesia de Carvalhais, com a Junta de Freguesia de Mirandela, como a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama têm características especiais e penso que o Executivo devia olhar para elas de maneira diferente, com a tal equidade que a Senhora Presidente tanto fala, mas não executa.

Antes de começar queria falar um pouco sobre o Protocolo, quando o meu colega *Eurico Carrapatoso* diz que é uma mais-valia, é com certeza. Para cada freguesia são transferidos valores de igual forma, 1.713,41 € para a atribuição das competências que foram transferidas para o Município, estou certo que o colega sabe quais são as transferências e eu posso-lhe dizer que com 1.713,00 €, convindo-o a fazer a limpeza das ruas da minha freguesia toda, convidava o Executivo também e até lançava o repto, porque a qualquer altura cada um de nós pode cancelar este Protocolo e lançar o repto, se eu fizer esse cancelamento, se o Município se compromete a fazer a limpeza dessas mesmas suas competências. Deixo já esta questão ao Senhor Vice-Presidente, porque é difícil, eu posso-lhe dizer que cada mês que passa desse valor tenho um défice de cerca de 800 euros, mas também sei que antigamente nós já o fazíamos e fazíamos porque sabemos bem que a Câmara neste momento também não tem capacidade de o fazer.

Relativamente aos valores eu até solicitava ao Município, já que defendem tanto essa tal equidade, de neste Protocolo pôr em prática essa equidade e não esta igualdade. Eu acho que todos os Presidentes de Junta estavam recetivos a isso, principalmente as grandes freguesias com muitos trabalhadores, com muitos serviços, como é o caso da Torre de Dona Chama, porque de facto resolvíamos muitos problemas, com este valor também resolvemos, mas não é bem como se pinta.

Ainda relativamente ao meu colega, são 1.700,00 €, mas eu digo-lhe uma coisa, se o Executivo neste mandato, desde 2017 já lhe fizeram obras estruturantes de cerca de meio milhão de euros, a mim se me transferissem, se me fizessem metade do que lhe fizeram a si na minha freguesia, que é muito grande, eu era o primeiro, não a trocar de Bancada, mas a dar os rasgados elogios a este Executivo, porque de facto mereciam.

Relativamente aquilo que nós vamos falando com o Executivo nas várias reuniões, temos algumas situações que foram já despoletadas em 2017, não sei se o Senhor Vice-Presidente se lembra na altura de fazermos uma visita com Técnicos às aldeias, a ver grandes problemas que existiam e lembro-me que na altura foi detetada uma correção de passeios e valeta na passadeira da aldeia de Vilar de Ledra. Sei que essa obra foi adjudicada, tiveram problemas com empreiteiros, mas já passaram dois anos, dois anos com problemas com empreiteiros e as obras continuam por fazer. Eu acho que está integrada na mesma situação do meu colega *Luís Esteves*, da sinalização, acho que era um bolo de obras, mas dois anos é muita coisa, não pode continuar. Eu tenho a certeza que se nós não tocarmos nestes assuntos para o ano estamos aqui a debater a mesma coisa. Tem que haver essa eficácia de resolver rapidamente esse tipo de problemas.

Já foi também falado aqui várias vezes no PAMUS que englobava os passeios ao redor de Carvalhais, eu sei que o Executivo teve toda a boa vontade de levar a concurso no último ano antes das eleições, já tive a oportunidade de dizer que foi um péssimo *timing* nessa altura, porque sabemos bem que as empresas nessa altura estão esgotadas e o que eu questionava é, qual é a solução que tem neste momento para colmatar?

Também desde 2020, a criação de um parque verde em Carvalhais, sabemos a necessidade, vocês confirmaram sempre essa necessidade, eu preciso que esclareça não só a mim, mas a quem está lá em casa e à Freguesia de Carvalhais, eu sei qual vai ser a sua resposta, mas quero que seja transmitida, que fique registado para que um dia mais tarde o Presidente de Junta não seja acusado de nunca ter dito nada, é uma oportunidade que nós temos neste lugar de escrutínio, de fazer chegar a quem de direito e principalmente à população.

Relativamente à Ribeira de Carvalhais, lembro-me que em 2020, também se mostraram entusiasmados em recuperar um troço de cerca de 100 metros da Ribeira, a Junta de Freguesia prontificou-se a fazer o projeto, muitas vezes vocês falam, ainda hoje a Senhora Presidente se fartou de dizer que falta fazer o projeto, falta fazer o projeto, eu sei que esse é um dos grandes problemas, porque não há planeamento. Enquanto não houver planeamento os projetos ficam sempre para trás, eu tive oportunidade de fazer este projeto antecipadamente, tê-lo pronto para quando abrissem candidaturas, não foi aproveitado, espero que agora que estão abertas candidaturas nesse sentido seja aproveitado. O Senhor Vice-Presidente já falou comigo sobre essa situação e já me alertou que estavam abertas, mas queria saber realmente qual é a intenção de submissão, ou não, da candidatura.

Em relação ao PDM, o PDM é um grande instrumento do nosso concelho, que está atrasado, poderá estar a atrasar construções de habitações, de armazéns agrícolas, de indústria. A Senhora Primeira Secretária que é a representante da Assembleia, não sei se terá alguma coisa para nos transmitir, uma vez que suponho que haja reuniões periodicamente sobre este assunto, mas se não tiver pedia esse ponto de situação.

Relativamente à ciclovia que foi feita em Carvalhais, foi a solução que vocês arranjam, que acharam melhor para lançar, restamos promover agora o que está feito e muito bem. Eu alerto para a necessidade de manutenção daquilo. Gostava de saber se vocês têm algum entendimento entre os três Municípios que abrangem a ciclovia? Se vai haver algum entendimento com a CIM-TTM? Se vai cada um tratar da sua parte? Porque está, neste momento, a precisar de uma intervenção de limpeza de vegetação. Mas gostava de ter esse *feedback* e se vai haver um entendimento, ou se cada um vai tratar da sua parte? Gostaria de obter esse esclarecimento.

Quanto à criação de infraestruturas a nível de saneamento, eu ouvi aqui há pouco pela Senhora Presidente que a Freguesia de Mirandela, a Bronceda foi dotada de saneamento básico, que não tinha, pelo que soube foi um investimento enorme, existe apenas uma ligação ligada não sei porquê e eu vou-lhe dar um exemplo da rua dos Barreiros, que já falei também com vocês muitas vezes, temos o problema da ETAR de Contins que já muitas vezes foi referida aqui pelo meu colega que poderá ter problemas, existem soluções que já foram abordadas com o Executivo e aquela zona dos Barreiros posso-lhe dizer que tem o triplo da população da Bronceda, inclusivamente um lar de idosos.

Existe ali também um problema grave, a Bronceda claro que é necessário, existem cerca de 20 habitações mais ou menos, mas naquela zona dos Barreiros existe o triplo da população a habitar a zona dos Barreiros. Portanto, possível que se faça lá um saneamento, há viabilidade e era uma grande oportunidade de resolver a ETAR de Contins com uma estação de tratamento elevatória para mandar para Mirandela.

O meu colega várias vezes tem-se fartado de criticar por causa da praia fluvial. São críticas construtivas, que eu acho que devem ser apanhadas pelo Executivo, e não ficarem aqui na gaveta, como têm algumas vezes acontecido.

Em relação à intervenção do meu colega *Hélder Castelo*, estou perfeitamente de acordo com o que ele disse, o *Hélder Castelo* e o *Paulo Pontes* referiram aqui que não havia pessoas nas aldeias, é isso que está a acontecer e o Executivo deve ter políticas para colmatar isso. Eu vou falar aqui num caso que nós temos, tenho três associações na Freguesia de Carvalhais, a Associação de Contins que está bastante dinamizada, que lançou agora para 8 de fevereiro mais uma edição de uma prova de motas, na primeira edição tivemos cerca de 200 motas, é uma forma de dinamizar, de Vilar de Ledra uma equipa de senhoras que têm dinamizado, e em Carvalhais que juntamente com a Junta de Freguesia lançou uma série de projetos, que eu já tive oportunidade de mostrar aos Senhores Vereadores, que acho que o Município não pode deixar fugir esta oportunidade.

Isto não é só trabalhar para a freguesia, estes projetos têm um interesse municipal, um interesse do nosso concelho. Posso-lhe dizer que a associação de Carvalhais, que também é composta aqui por um elemento da nossa Assembleia, o *Jorge Humberto*, também faz parte dessa associação, com muito gosto, que tem trabalhado connosco juntamente com a Junta de Freguesia, juntamente com o *Pedro Correia* e temos aqui, para vos transmitir a vocês, pois também pode ser uma oportunidade para cada um dos nossos colegas das juntas de freguesia, uma candidatura a Pessoas 2030, no valor de 738 mil euros, aprovada, não é submetida, é aprovada de 738 mil euros para vários tipos de formações. Eu sei que o Município gasta milhares de euros em formação, nós temos aqui 738 mil euros para gastar no concelho, eu gostaria que o nosso Executivo agarrasse esta oportunidade, para que possa fazer uma boa divulgação.

Relativamente à ecopista, eu sei que temos de fazer a nossa valorização, uma vez que está feita, temos outra candidatura à EDP aprovada, no valor de 75 mil euros para fazermos a promoção dessa ciclovia, nomeadamente na aquisição de 10 bicicletas elétricas e na aquisição de uma carrinha de nove lugares elétrica. Isto não é só para Carvalhais, poderá ser para qualquer uma das freguesias que necessite de levar alguém, são 75 mil euros já aprovados, com a compra da carrinha e das bicicletas elétricas. É uma maneira de maximizarmos e valorizarmos aquela infraestrutura e esperamos todo o apoio também do Município.

Eu queria saber o ponto de situação das Estações, não sei se vocês já submeteram candidatura, se têm alguma parceria com a Infraestruturas de Portugal, já tive oportunidade de mostrar ao Executivo uma candidatura para submetermos até 400 mil euros, para podermos recuperar a Estação de Carvalhais.

Eu acho que temos aqui trabalho de casa feito, se o Município aproveitar, estou certo que vai aproveitar, tem pernas para andar. É certo que os apoios não são tão monetários, poderão ser monetários alguns, coisas residuais, mas também naquilo que são os recursos humanos, para que possamos implementar este tipo de candidaturas. Estou certo que isso vai acontecer, portanto agradeça uma resposta mais célere.

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *LUÍS SOARES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Vamos com o avançar da hora já significativo, mas nunca podemos considerar perda de tempo quando se está a debater as freguesias e a importância do nosso território naquilo que é a sua valorização.

Muito daquilo que se discute, ou que se tem vindo a discutir nesta Assembleia, é sobretudo a relação entre os municípios e as juntas de freguesia e uniões de freguesias, é transversal ao país, isto é, mesmo junto daquilo que é a Associação Nacional de Freguesias, sobretudo no Conselho Geral em que se debate muito estas matérias. Existe uma grande heterogeneidade, toda a relação é muita heterogeneidade entre diferentes concelhos.

Existem concelhos com maior volume de transferências de competências, existem concelhos que optam por não transferir qualquer competência para as juntas de freguesia e naturalmente que quando depois se transfere as competências é preciso alocar todos os recursos financeiros às mesmas para que o trabalho possa ser bem feito e que as pessoas se possam sentir satisfeitas, que é isso que nos interessa, a prestação do serviço com qualidade ao cidadão.

Mirandela desde 2017/2018, tem vindo, através de Protocolos, a transferir verbas para as juntas de freguesia, são essas verbas que devem ser acompanhadas naquilo que é a sua execução orçamental por parte destas autarquias locais, para percebermos também qual é o seu grau de implementação no território e se tem tido um proveito eficaz junto dos cidadãos, que também como falamos anteriormente, é esse o nosso objetivo.

Mirandela tem, como todos sabem, particularidades diferentes, nós respondemos a cerca de 12 mil habitantes, é uma freguesia com uma área urbana muito significativa, mas também com uma área rural de cerca de 30 km², em termos de área são 92 km de arruamentos e uma série de km de caminhos rurais e um bolo de responsabilidade que diz muito às pessoas que é a limpeza urbana e todas as necessidades e todos os desafios que esta matéria nos exige.

Quando realizamos aquilo que foi o Protocolo de transferências associada ao Decreto-Lei 57/2019, realizamos este trabalho em 2022, implementamos em 2023 e ao longo destes anos, 2023/2024, temos vindo acompanhar aquilo que é o aumento do preço ao consumidor e aquilo que é o aumento dos custos do trabalho associados. Estamos muito preocupados, não acompanhamos e não valorizamos aquilo que são as carreiras dos trabalhadores da Função Pública.

A Junta de Freguesia de Mirandela tem 33 trabalhadores, não tem 3 e naturalmente temos que acompanhar aquilo que é a valorização salarial que é decretada para a Função Pública e naturalmente que precisamos que o recurso financeiro seja acompanhado também, de quem tem essa responsabilidade, de fazer essa referência desse recurso financeiro.

A Junta de Freguesia de Mirandela, recebeu especificamente da Câmara Municipal, 14 trabalhadores, desses 14 trabalhadores, muitos deles têm uma longa carreira contributiva, são trabalhadores com muitos anos de administração pública e que viram naturalmente e muito bem que nós possamos valorizar mais as suas carreiras e as suas retribuições, aquilo que é a sua valorização remuneratória, que tem sido transversal a esta função pública.

Foram feitos em 2024 estes aumentos, em 2023 houve um aumento adicional de 1% dos salários, houve um aumento decretado para a função pública em 2024 e em 2025 naturalmente vão existir as atualizações salariais e também as atualizações salariais correspondentes e estamos muito preocupados porque para 2025, precisamos obrigatoriamente da atualização do recurso financeiro, porque se não tivermos essa atualização do recurso financeiro, vamos ter um compromisso na execução orçamental em que estamos muito preocupados. Para que possa haver este cumprimento obrigatório desta atualização salarial, é algo que está na legislação, está no art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, em que, quando existe esta atualização salarial obriga a que o Município atualize obrigatoriamente o complemento do recurso financeiro para as freguesias, isto é uma negociação que tem que existir e que já fizemos chegar todos os dados financeiros e que dispomos para que possa haver esta atualização para 2025.

Felizmente ou infelizmente, temos algumas situações em que podemos ter recursos humanos da Câmara Municipal a trabalhar para as freguesias, estou-me a recordar aqui do meu caro amigo e colega da União de Freguesias, *Arménio Vaz* em que tem um recurso humano que é pago pela Câmara Municipal, ou até São Pedro Velho que tem um recurso humano disponibilizado e que é pago pela Câmara Municipal, contrariamente Mirandela detém os recursos humanos e que paga do seu bolo, do seu Orçamento estas retribuições. Por isso, dar esta nota a todo o Executivo e toda a Assembleia que sentimos muito esta preocupação.

Em relação aquilo que é a abordagem da gestão da rede e falo um pouco também das obrigações da própria Câmara Municipal, nomeadamente, a gestão de combustível da sua rede secundária, nós dispomos de duas equipas florestais, elas são financiadas a 50% pelo o ICNF, outro 50% temos que procurar fontes de financiamento, mas fico um pouco preocupado, quando a Câmara em vez de utilizar recursos próprios que possam estar disponíveis no concelho, subcontrata e muitas vezes subcontrata a outras empresas fora e subcontrata sem capacidade ainda de execução nas suas redes secundárias, por isso, dar aqui uma nota em que me parece que possamos trabalhar naquilo que são contratos de gestão de combustível nestas áreas.

Mirandela é uma freguesia urbana que tem muitas necessidades, já fizemos também chegar à Câmara Municipal a necessidade de correção, porque em muitas zonas da cidade existe um crescimento habitacional significativo e que as áreas públicas, poucos espaços verdes, não têm acompanhado este crescimento populacional, sobretudo nas áreas de cedência dos loteamentos, eu também não consigo perceber como é que antigamente se faziam os licenciamentos dos loteamentos, existe uma área que tem estado disponível para a áreas pública e porque é que o loteador não entrega esses loteamentos com as áreas prontas ou com as áreas de cedência já construídas e com os equipamentos já disponibilizados e agora a Câmara Municipal tem de resolver esta situação. Ninguém gosta de morar num prédio em que à sua volta crescem ervas ou não existem equipamentos de utilização coletiva, é uma preocupação que nasce nesta cidade e que urge responder.

Também já falamos anteriormente, que alguns bairros à semelhança dos colegas, existem cidades transversais daquilo que é a requalificação das áreas urbanas. Realmente o colega de Carvalhais *Nelson Teixeira*, comunga um pouco com as preocupações de Mirandela, porque também Carvalhais é uma área populacional muito importante e Mirandela também tem exatamente estes problemas. Falo do bairro do sardão porque precisa obrigatoriamente de uma requalificação urbanística que possa ser enquadrada no novo Quadro Comunitário no PT 2030 para perceber se conseguimos melhorar, à semelhança do bom trabalho que foi feito ou do bom trabalho que ainda está a ser executado no Vale da Cerdeira, que é um investimento importante da Câmara, de mais de um

milhão de euros, mas que do outro lado da cidade, da margem direita do rio Tua temos esta área que são zonas que também estão um pouco esquecidas e precisam das requalificações dos passeios e das suas pavimentações.

Alguns colegas já falaram do problema da sinalética e Mirandela não está ausente, temos bairros sem sinalização, nem vertical, nem horizontal, o Bairro de Mira, onde mora o Deputado *Paulo Pinto*, de certeza que já se apercebeu disso, quando passa nas ruas, não tem esta sinalização horizontal, realmente é um problema que urge resolver, eu creio que já houve vontade, ou já houve princípio daquilo que é o procedimento da contratação pública, ele não foi completo, mas precisamos de olhar para esta problemática.

Falando também de uma área, que para mim, pessoalmente, enquanto cidadão também é cara, tem a ver com os parques infantis, eu tenho oportunidade e ligo insistentemente para os Senhores Vereadores para tentarmos resolver este problema.

Os Parques infantis em Mirandela, como sabem necessitam de uma requalificação todos eles, foi lançado um concurso público, está em fase de implementação, mas para quem como eu, como cidadão, como pai de uma criança de 6 anos, de um filho de 3, que faz muita utilização destes equipamentos e realmente nós além de requalificar os que já estão existentes, que sei que está em procedimento e são bastantes, é um investimento de mais de 6 mil euros, precisamos também de alargar a rede e eu já tinha proposto aquilo que era o alargamento do loteamento da envolvente do Pingo Doce, existe uma área disponível neste local para a implementação destes parques e também existe, junto do Parque da Cocheira, uma possibilidade de colocação do parque infantil, que é uma zona central, com estacionamento e que poderíamos olhar também para o investimento destas estruturas urbanas, para que possam servir as nossas crianças.

Falando de habitação em Mirandela, é um problema transversal que vai diminuir um pouco com a oferta das residências de estudantes que estão a ser construídas, mas precisamos de avançar ainda mais e aproveitar todos os programas que possam disponibilizar preços controláveis na nossa cidade.

A Câmara Municipal através da Estratégia Local de Habitação tem desenvolvido trabalho, é um trabalho difícil, muito moroso, eu tenho oportunidade de acompanhar alguns processos e não são fáceis, sobretudo na área da reabilitação urbana. Eu já fiz chegar as propostas junto do Executivo municipal, eu acho que para além de reabilitar, nós precisamos de construir novos focos habitacionais em áreas que possam estar públicas e um terreno que está disponível para habitação pública de raiz, é um terreno junto da Reginorde, em que se for necessário que se altere a Estratégia Local de Habitação e se for necessário que se avance, porque existem fundos que estão disponíveis e ainda vão estar mais disponíveis, para que possamos de uma vez por todas inverter aquilo que é a lei da oferta e da procura que está neste momento na cidade de Mirandela. Qualquer família que quer procurar uma habitação para arrendamento tem muitas dificuldades para encontrar habitação.

Além desta área, também via com bons olhos em Vale de Madeiro, nós temos uma Escola Primária que está degradada que precisava de intervenção e porque não colocá-la também nesta Estratégia Local de Habitação, para que pudesse ser habitável? Alguns concelhos reabilitaram estas escolas criando estruturas habitacionais nestes equipamentos e que podem então ser uma possibilidade.

Há uma preocupação que também já fizemos chegar, que tem a ver com o edifício antigo da Junta de Freguesia, os serviços da Junta saíram deste equipamento exatamente porque não reunia condições, ele está no centro urbano e eu acho que precisamos de olhar para ele também de uma forma em que possamos intervir futuramente, nós estamos disponíveis para ceder esse equipamento à Câmara Municipal, para que possam candidatá-lo no novo programa PT 2030 e que possamos encontrar uma solução de reabilitação deste equipamento.

São muitas necessidades, nós sabemos que não vamos conseguir resolvê-las todas ao mesmo tempo, sabemos que precisamos resolver de uma forma construtiva, de uma forma que se possa ir resolvendo, mas precisamos de trabalhar muito, precisamos de trabalhar pelas pessoas, porque os mirandelenses exigem de nós a capacidade de fazer mais, melhor e que possa chegar junto das pessoas.

----- O Senhor Vice Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Foi aqui previamente informado em Assembleia que Senhora Presidente por motivos pessoais já tinha há muito tempo um compromisso durante o período da tarde e era uma questão que foi explicada ao Senhor Presidente da Assembleia e agradecemos a compreensão de todos pelo facto da Senhora Presidente não estar nesta parte da Assembleia Municipal, obviamente que ela vai ver a gravação a partir deste momento, também o próprio Executivo fará chegar à Senhora Presidente todas as questões que foram aqui colocá-las e alguma questão que mereça o maior detalhe também a Senhora Presidente da Câmara Municipal falará e articulará com cada um dos Senhores Presidentes de Junta, ou de quem fez aqui a intervenção.

O Executivo trabalha diariamente em conjunto, estamos alinhados naquilo que é a estratégia municipal, por isso estar em condições de responder às questões que aqui foram colocadas e também permitam-me que diga do ponto de vista macro, que já foi dito aqui hoje, de facto, o trabalho dos Presidentes de Junta e já indexando a resposta àquilo que foi dito pelo Presidente *Manuel Figueira* da Fradizela, de facto o trabalho e a missão que os Presidentes de Junta têm é o trabalho mais difícil do ponto de vista político no País e os desafios são cada vez maiores, porque todos nós procuramos que em cada aldeia, em cada local, haja qualidade de vida e que cada um dos cidadãos, dos fregueses, viva e se sinta feliz.

Este objetivo de qualidade de vida, viver e ser feliz é cada vez mais difícil, tendo em conta a necessidade de acompanhar aquilo que são as mudanças, transformações globais e da sociedade tanto em Portugal como no mundo, nomeadamente aquilo que é a nossa exigência sobre os serviços de proximidade, as Escolas, os Centros de Saúde, a água, o saneamento, a mobilidade, tudo isso faz com que um freguês decida manter-se ou não na sua freguesia. Também aquilo que são os desafios cada vez maiores em relação aos nossos jovens, em relação às telecomunicações, à internet, ao 5G e tudo isso faz uma família decidir viver na aldeia, ou vir viver para Mirandela.

Neste caso o Executivo municipal, em conjunto com cada um dos Senhores Presidentes de Junta, temos feito e afetado anualmente e em sede de concertação do Orçamento Municipal aquilo que são os meios para que os Senhores Presidentes de Junta tenham

essas ferramentas para contrariar esta situação de passagem das aldeias e optar muitas vezes por viver para Mirandela pelos motivos que referi.

Julgo que esse processo está a ser atenuado, vemos que atualmente aquilo que são as respostas ao nível das telecomunicações, qualidade do 5G, tem vindo a melhorar e o caminho que se está a fazer também por aquilo que estão a ser os investimentos do Governo e por isso em cada Orçamento Municipal que ronda os 30 milhões de euros, há de facto uma dotação para investimento na ordem dos 10 % neste caso, na ordem dos 10 milhões de euros e também há um investimento significativo do Município para cada uma das freguesias.

Do ponto de vista macro, há aqui um desafio comum, garantir que quem quer ficar nas aldeias, tenha essas condições que acabamos de referir, por isso, em sede do Orçamento e o Orçamento Municipal tal como o Orçamento do Estado não estica, nós temos mapeado todos os anos em todo o Orçamento aquilo que tem sido as pretensões e solicitações dos Senhores Presidentes de Junta. Por isso, passando às questões colocadas pelos Senhores Presidentes de Junta, que muito agradecemos.

O Senhor Presidente de Junta *André Geraldo*, refere mais uma vez a importância da estrada 558 e de facto, o Município continua a trabalhar junto do Senhor Ministro das Infraestruturas, que nos visitará em breve em Mirandela, de forma a podermos encontrar aqui uma solução para esta estrada que é estruturante e que serve todo o concelho, é uma estrada que liga ao IC5 e ao IP2, por isso, grande parte do tráfego que tem, não tem necessariamente de ser suportado pela Câmara Municipal e pelo Município de Mirandela. Por isso, vamos mapear esta estrada, vamos procurar mapear esta estrada, como estrada que seja classificada como estrada nacional, é esse o nosso objetivo e até lá teremos que encontrar soluções para inverter o processo de degradação.

Em relação aquilo que foi a intervenção do Senhor Presidente de Junta *Manuel Figueira*, de facto é isso que dissemos há pouco, somos totalmente sensíveis com aquilo o que são as dificuldades dos Senhores Presidentes de Junta, os próprios fregueses percebem o trabalho que as equipas das juntas fazem e os próprios fregueses valorizam e muitas vezes são os próprios fregueses que não querem assumir determinado tipo de papéis porque reconhecem a dificuldade, mas também reconhecem aquilo que é o trabalho e a qualidade de trabalho que os Presidentes de Junta têm feito e também ao nível da gestão administrativa, é cada vez mais difícil, o trabalho das juntas de freguesia, porque está tudo indexado aos códigos dos contratos públicos, procedimentos administrativos muito complexos e muitas vezes as juntas de freguesias não têm essas equipas, não têm recursos humanos que possam assessorar os Presidentes de Junta e muitas vezes constitui um custo significativo contratar serviços externos especializados, mas estamos todos convencidos que as nossas 30 freguesias, continuaram a ter, como tiveram até agora, candidatos de excelência e Presidentes de Junta de excelência e que é isso que nós precisamos.

Em relação à Junta de Freguesia de Carvalhas, o Senhor Presidente *Nelson Teixeira*, fez aqui uma intervenção positiva que nós agradecemos com um conjunto de propostas, de facto, nós temos uma grande proximidade com os Senhores Presidentes de Junta, nomeadamente, com o Presidente de Junta de Carvalhas, o Município tem em cada momento, para além daquilo que é o mapeamento das ações no Orçamento Municipal, acudir de forma ágil, àquilo que são as situações mais urgentes e por isso os critérios que fala na atribuição de apoios, estão definidos no Protocolo e depois no decorrer daquilo que é vida nós vamos tendo a necessidade de afetar aqui e ali esses apoios, de forma a garantir que os serviços das juntas de freguesias têm que funcionar em função da sua importância e a sua urgência.

Por isso, a Junta de Freguesia Carvalhas está a funcionar e está a dar resposta aos munícipes e que sabemos que gostam de viver em Carvalhas e que são felizes em Carvalhas, também muito com o apoio do Município, direto e indireto, nós temos feito investimentos também no regadio de Contins que vai entrar em funcionamento em curto prazo. Está a estrutura feita e a obra feita, falta reunirmos com a Junta de Freguesia de Regantes para testarmos os hidrantes, os trabalhos que fazemos ao nível da Ecopista são também importantes, aquilo que é o trabalho da Escola Profissional de Agricultura e aquilo que é o apoio do Município à Escola Profissional de Agricultura, também se reverte importante para a Escola e também a própria ETAR de Contins já teve uma reabilitação.

Mas como referiu, e bem, há aqui um aspeto positivo porque nessa zona também começamos a ter mais moradores, mais pressão sobre a ETAR de Contins e temos que encontrar aqui uma solução de curto prazo, para que não volte a acontecer que haja eventuais descargas da ETAR de Contins e que cause o impacto que causaram este Verão.

Em relação aos passeios que referiu, o Município mapeou no PAMUS e abrimos duas vezes o procedimento e ficou deserto nós temos para o Norte 2030, já mapeados 14 milhões de euros, desses 14 milhões de euros estão mapeadas 33 operações, distribuídas por várias componentes, nomeadamente a reabilitação urbana e sabemos encontrar soluções, porque realmente nós temos que ser coerentes com aquilo que dizemos, se queremos que as pessoas se mantenham nas freguesias, tem que haver esta qualidade de vida e de facto esses passeios são necessários e temos que encontrar essa solução, tal como o Senhor Presidente sabe que estamos a encontrar solução para o parque verde de Carvalhas, é necessário adquirir um terreno, foi feita a avaliação por um perito externo, o Município já tem esse valor que ronda os 80 mil euros, vamos dar os passos seguintes para que se faça a aquisição e a escritura do terreno.

A Divisão de Obras Municipais e Urbanismo está a trabalhar no projeto do parque verde, juntamente com a Junta de Freguesia de Carvalhas e não há volta atrás temos que seguir em frente com o parque de Carvalhas, que é uma das vontades da freguesia há mais de 20 anos e por isso agora não vale a pena estarmos a dizer que vamos fazer, porque a freguesia só vai acreditar no dia em que se puser a primeira pedra, porque é um compromisso de há 20 anos e que juntamente com o Senhor Presidente de Junta temos feito caminho e vamos conseguir fazer.

Também em relação aquilo que diz que não há planeamento, não concordo muito com essa questão e tem a ver com aquilo que são as bolsas de projetos o Município de Mirandela, em 2017, tinha realmente pouquíssimos projetos de execução prontos a candidatar a Fundos Comunitários e nós temos feito esse trabalho, o Senhor Presidente de Junta sabe disso, por motivos óbvios e temos uma bolsa de projetos que vamos conseguindo afetar a candidaturas, a Fundos Comunitários e neste caso, o contrato de rios é o aviso 42 que está aberto, eu próprio liguei ao Senhor Presidente de Junta a dizer temos este aviso aberto, sabemos que tem um projeto de execução pronto, vamos mapeá-lo aqui e por isso temos a grande expectativa que vamos conseguir que haja o financiamento a 75% e neste caso trata-se de um investimento 40 mil euros para reabilitar a Ribeira de Carvalhas.

Em relação ao Plano Diretor Municipal, ou aos Planos Diretores Municipais no Norte do País, porque a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte tem a tutela daquilo que são os Planos Diretores Municipais do norte do País, porque até

neste aspeto o País trabalha a três velocidades, ou com critérios diferentes, porque aquilo que se passa no Norte, no Centro, ou no Sul, ao nível de exigências, não estão a ser as mesmas e de facto ao nível do Norte a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, sou eu que estou a dizer, está a fazer cumprir aquilo que é o diploma da reabilitação dos PDM'S de forma que haja uma forte contenção dos perímetros urbanos, tendo como grande objetivo a reabilitação urbana.

Nós, Município de Mirandela, já demonstramos aqui na Assembleia que não concordamos de todo com essa diretiva, temos que ver cada caso e tudo temos feito para que não haja qualquer tipo de contenção de perímetros urbanos, se houver tem que ser muito bem explicado e que seja residual, é essa a expectativa.

O Plano Diretor Municipal vai trazer redução de perímetros urbanos residual, mas muito por força daquilo que foi o trabalho dos Técnicos da Câmara, da entidade externa e também do Executivo.

Temos aqui todos um papel muito importante e por isso ajudem-nos a ajudar, vamos em breve ter a segunda e última reunião de concertação com as entidades externas, em que nos vão dizer se concordam ou não com aquilo que foram as nossas propostas nomeadamente, essa do alargamento dos perímetros e depois temos todos, nós Município e Presidentes de Junta a oportunidade na discussão pública de fazermos aquilo que foi a contestação que tivemos que fazer.

É exetável que até ao final do ano haja essa segunda reunião de concertação com as entidades e que no primeiro trimestre de 2025, possa decorrer a tal discussão pública, é esse o trabalho que estamos a fazer, é esse o plano que está em curso.

Os Municípios estiveram muito dependentes de uma trabalho que foi feito pela Agência Portuguesa do Ambiente ao nível dos planos e de risco de inundaçao que foram todos revestidos que estão a ser transpostos e por isso, aqui chegados temos nós então este desafio e não vale a pena nós no momento da discussão pública dispersamo-nos, mas sim todos estarmos alinhados para que haja contestações com qualidade, bem consistentes, para que possamos ver acolhida no PDM alguma situação que possa não estar a ser do nosso acordo e contem mais uma vez com o Executivo municipal para esse processo de garantirmos que as juntas de freguesia, as nossas aldeias tenham uma resposta adequada ao nível do PDM.

Não nos podemos esquecer nunca e aqui também temos que ser coerentes com aquilo que se está a passar no mundo, também em Portugal, sobre estas alterações e muitas vezes, são os incêndios, a seguir são as cheias e por isso também, nós temos que ter a capacidade de antecipar os problemas e defender as populações e o seu investimento, porque me parece muito correto que possamos estar a encaminhar um cidadão a que possa investir num determinado local, quando à partida está a fazer um mau investimento, porque mais tarde ou mais cedo se há uma inundaçao ou incêndio esse investimento é muito frágil, por isso também temos aqui muita responsabilidade e por isso este trabalho do PDM, é um trabalho que devemos continuar a fazer em conjunto.

Agradecer muito em nome do Executivo aquilo foi o trabalho dos Senhores Presidentes de Junta e as suas preocupações, mas também aquilo que precisamos de explicar bem às pessoas.

Em relação à questão da Ecopista e em relação ao que é a nossa promoção de ecopista e ciclovias de forma a atrair um conjunto de turistas e é um investimento também para dinamizar o comércio local. Cada Município vai continuar a manter as suas ecopistas, do ponto de vista daquilo que é a limpeza e o funcionamento, mas do ponto de vista estratégico de captar turistas e investimento faremos em conjunto.

A Ecopista foi concluída uma parte, nós estamos a trabalhar através do Norte 2030 e também dos avisos do Turismo de Portugal para conseguirmos reabilitar a ponte do Romeu, que são quase 800 mil euros e também reabilitar o Pontão de Carvalhais mais abaixo que são na ordem dos 250 mil euros para que fiquemos com uma pista mais consistente e que não haja necessidade de sair para a estrada municipal.

Em relação às estações, nós temos o protocolo com a IP, a estação de Carvalhais e a estação do Romeu, nós abrimos o procedimento na altura ficou deserto, vamos voltar a abrir o procedimento e o nosso objetivo era depois de concluídas as obras, afetar esses investimentos para fazer parte daquilo que é toda a lógica da promoção turística, nomeadamente do alojamento de quem nos visita, albergues e também a promoção dos produtos locais na parte de baixo, tanto no Romeu como Carvalhais e depois teremos todo o gosto em abrir asta pública e fazer concessões seja com a Junta de Freguesia, ou com a própria Associação de Carvalhais. Porque a Associação de Carvalhais é mais uma das associações de coletividades do nosso concelho, que são muitas que estão de parabéns, que fazem um trabalho diário também de proximidade extraordinário, sejam culturais, sejam desportivas e não só, temos uma riqueza enorme ao nível das associações e coletividades em todo o concelho e procuramos sempre dar o nosso apoio e de facto aquilo que é em particular, o trabalho da Associação de Carvalhais é brilhante e por isso o Município reconhece esse trabalho.

Sobre a questão de Carvalhais, dizer que sim, nós em relação à questão do ciclo urbano da água, fornecimento de água em baixa e gestão de saneamento, nós temos mapeado no Norte 2030 2 milhões de euros.

Está a DOMU a trabalhar no plano de ação para reabilitar ou construção de novas ETAR's e novas ETAR's neste caso, renovar algumas condutas de saneamento e de água em todo o concelho e também daí a coesão territorial, nós provavelmente sabemos que dos dois milhões de euros era rápido que os afetamos a Mirandela, mas não estamos a fazer nada disso, estamos a fazer uma afetação de custos e de afetação de meios financeiros, tendo em conta essa coesão territorial e por isso sabemos também dar a resposta adequada no que respeita os Senhores Deputados Municipais, perante o Executivo, não podemos estar a falar nunca meias verdades, nem podemos estar aqui a empurrar o que quer que seja.

Também temos que ter memória destes problemas de água de saneamento, são problemas estruturais que estas redes de água e saneamento foram iniciadas há 40 e tal anos, entretanto, a população foi aumentando e de facto, é preciso reformular todas estas infraestruturas e todos estes sistemas e não é possível fazer tudo de uma vez.

Os Senhores Presidentes de Junta sabem melhor do que eu, o trabalho que temos feito em conjunto e sabem que não vão conseguir resolver os problemas todos de um dia para o outro, mas sabem que estamos a fazer esse trabalho em conjunto e que podem contar connosco. É verdade que os nossos munícipes, os nossos fregueses são os melhores do mundo e nós não podemos deixar que ao nível de fornecimento de água o verão de 2025, tenha as mesmas dificuldades e por isso este trabalho está a ser feito e muito graças também às vossas propostas e contributos e é isso que estamos a fazer, mas também não temos a margem toda que gostaríamos de ter ao nível de dotação financeira, mas também não podemos estar sempre a queixar e vão conseguir de certeza dar resposta a essas

vossas preocupações e registo aquilo que foram as palavras do Senhor Presidente de Junta de Carvalhais, onde disse que são contributos e são propostas.

Em relação ao Senhor Presidente de Junta de Mirandela *Luís Soares*, nós temos na cidade de Mirandela uma única Junta de Freguesia, que tem os 12 mil habitante e de facto, com esta transferência de competências ficou bem definido aquilo que compete na cidade à Junta de Freguesia e aquilo que compete à Câmara Municipal e a Câmara Municipal em Mirandela não tem deixado por mãos alheias aquilo que são as competências da Junta. O próprio Executivo da Junta de Freguesia, está a executar aquilo que é o Protocolo e as suas competências, mas de facto, a Câmara também assim o exige e por isso, a dotação financeira que a Junta recebe é usada naquilo que é a sua missão e sim a Câmara Municipal, tanto como a Junta de Freguesia, como as outras, vai ter de cumprir aquilo que é o Código do Orçamento para 2025 e apoiado nesses desafios que tem com o aumento de custos, porque Câmara Municipal, tínhamos um custo em 2017, com o pessoal na ordem dos 7 milhões de euros e nós já estamos quase com 10 milhões de euros, por isso, não é só à Câmara que custa, nós sabemos que as juntas de freguesia também tem estes custos e não só vamos fazer todos os esforços de comprometer aqui, que é a sustentabilidade do Orçamento Municipal para 2025 e também ao nível da gestão de combustíveis, a possibilidade de fazermos contratos com as juntas, de forma a sermos mais eficazes e também aqui outra componente, que é sermos mais eficazes e fazer com que o dinheiro que se investe para essa missão fique no nosso território, fica nos nossos empresários, porque muitas vezes quando nós abrimos concursos públicos, são empresas de fora e que muitas vezes nos falham, se fizermos porque estamos a trabalhar nisso, a delegação de competências, nós sabemos que as juntas de freguesia também vão contratualizar meios nas freguesias e daí a importância que isso tem, é um dos fatores que ira pesar na nossa e vossa decisão.

Mirandela tem vindo a crescer e a consolidar os loteamentos, nós não temos novos loteamentos a entrarem em licenciamento na Câmara a vários anos, loteamentos no que diz respeito a lotes para construção, os loteamentos que nós temos, são loteamentos já antigos e a Câmara não acautelou no que diz respeito às áreas de cedência que ficasse bem definido o plano de ação sobre a áreas de cedência e o que lá está é muitas vezes entregar as áreas de cedência regularizadas, o que significa é que pelo menos que não haja lá ervas ou que não haja lá outro tipo de situações mas não passa disso e de facto quando estes novos loteamentos que começam a ter cada vez mais utilizadores, olhamos para a áreas de cedência e são custos para a Câmara, quando na realidade quem ganhou o dinheiro foi o loteador o loteador é que deveria ter colocado o sistema de rega, a iluminação e tudo isso, nós estamos de facto a ter custos elevados, ainda há zonas de cedência que nós não conseguimos ainda tratar por esse motivo, os loteamentos que entrarem em licenciamento no município de Mirandela, vão ter esse pressuposto, nós só vamos aprovar loteamentos quando houver um plano de gestão das zonas verdes e a entrega das zonas verdes, devidamente regularizadas com esse plano funcional.

De facto, nem sempre foi assim, mas agora temos que seguir em frente e tem toda a razão, o Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Mirandela, porque os moradores não têm culpa daquilo que foi o processo de licenciamento na altura quando compraram os lotes.

Em relação ao Bairro do Sardão e às obras em Mirandela, também aqui uma questão de coesão territorial, de facto para a regeneração urbana nós temos uma dotação importante onde vamos incluir o Bairro do Sardão e os arruamentos, estamos a concluir o Vale da Cerdeira e a importância que tem para os moradores e por isso, como dissemos sempre, não podemos fazer tudo de uma vez, vamos fazer mais esta fase a curto prazo e outra fragilidade que temos é a questão de a cidade e as freguesias ainda não terem todo o sistema sinalização vertical e horizontal que merecem ter e que muito por força daquilo que são os contributos do Senhores Presidentes de Junta, no Conselho Municipal de Segurança, em que consegue referenciar situações que são de facto muito graves e que a Câmara Municipal gradualmente vai procurando resolver e sim, é uma responsabilidade de todos e um desafio que temos para mapear no Orçamento de 2025, também uma dotação significativa para a sinalização horizontal e vertical no concelho.

Em relação aos parques infantis para Mirandela, de facto este assunto já foi aqui debatido nas Assembleias Municipais e o Executivo já informou os mirandelenses, os Senhores Presidentes de Junta, que até ao meio de novembro de 2024, teremos os parques infantis em funcionamento e que teremos então uma normalidade, as nossas crianças merecem-nos isso, agradecer às famílias e também às nossas crianças utilizadoras pela paciência que têm tido neste processo, mas a curto prazo teremos os parques em perfeitas condições.

Concordamos totalmente que esta resposta ao nível de parque infantis, precisa ainda de ser alargada tanto na cidade, como nas freguesias e temos também que mapear essas novas ações.

Não adianta muito, nós muitas vezes estarmos aqui durante o ano todo, com um discurso redondo sobre o que vamos fazer ou não, se nós não conhecermos o Orçamento Municipal e remete mais uma vez para a importância de termos um Orçamento Municipal que seja ajustado e adequado a todas as freguesias e que os Senhores Presidentes de Junta nos façam chegar as vossas propostas e sei que têm feito chegar ao Gabinete de Apoio às juntas de Freguesia e que nós a cada ano vamos conseguindo acolher tudo o que está no Orçamento Municipal.

Tudo o que não está no Orçamento Municipal, tudo o que estiver fora daqueles 30 milhões de euros é muito difícil nós conseguirmos fazer, porque o dinheiro não estica e por isso ninguém aqui anda a enganar ninguém, o Orçamento Municipal, as Grandes Opções do Plano são conhecidas, são públicas e por isso o que nós temos de fazer é um exercício ano após ano.

Em relação à Estratégia Local de Habitação, nós estamos com as obras no edifício Bacelar, junto ao Mercado Municipal, também estamos com obras no Vale da Azenha, as 12 frações aqui junto à Reginorde e temos submetido ao IHRU e ao PRR 46 frações e também temos mais 20 para construção.

Eu próprio tenho feito os contactos com a Diretora do IHRU Dr.^a *Ana Cruz*, que muito bem conhece Mirandela e que esteve connosco no início da inauguração da Carta Municipal para a Estratégia Local de Habitação e como vocês também sabem havia uma determinada dotação ao nível do PRR que não chegava para aquilo que eram as necessidades do país. O Senhor Ministro das Infraestruturas e o Governo alargaram essa dotação para mais frações e por isso o IHRU ainda não respondeu aos Municípios em relação às candidaturas então, volto a dizer, hoje dia 11 de outubro, dizer a esta Assembleia que o Município de Mirandela, está a fazer o seu trabalho, mapeou as ações, aquelas que nos foram aprovadas estão em execução, que foram as 15 frações que estão em execução, aquelas que ainda não forma aprovadas, ou aquelas que não tivemos resposta, 46 para aquisição e reabilitação e 20 para a construção, são 66, que estamos à espera. A partir do momento em que seja aprovado nós iniciaremos a obra, porque a maioria das obras que temos projetos de execução prontos para avançar, é assim que está.

O Município também não vai comprometer-se com capitais próprios de 6 milhões de euros, não tendo a certeza que as candidaturas são aprovadas, estamos a fazer o caminho, falamos aqui na questão das residências.

As residências, o projeto e o processo poderia ter sido conduzido pela Câmara Municipal, porque a dotação vinha para Mirandela ou através da Câmara ou do IPB, nós achamos que devia ser o IPB a fazer uma componente, nós fizemos a outra, afetamos o terreno na ordem dos 200 mil euros para que as residências sejam construídas e temos estado sempre a cooperar com o IPB do ponto de vista do licenciamento, para que as obras se concluam rapidamente, também é uma resposta importante a questão da reabilitação e Estratégia Local de Habitação, eu acho que até ao final do ano de 2024, mal será que o IHRU não nos responda sim ou não, porque nós temos 14 contratos de promessa compra e venda assinados, com 14 vendedores e as pessoas também querem saber da sua vida, dos 14 contratos promessa compra e venda, 5 ou 6 já terminam agora em dezembro de 2024, porque temos o contrato por um ano e outros vão terminar em fevereiro, março e por aí fora.

Já demos indicações à equipa da Câmara para contactar os vendedores que têm o contrato promessa de compra e venda conosco até ao final do ano, para renovar por mais um ano caso estejam interessados, o Município tem todo o interesse e por isso estamos a trabalhar. Os dados são estes, não pode haver mais transparência.

Caso não tenha respondido a alguma questão de forma mais detalhada, estou disponível para responder.

----- O Senhor Presidente da Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA* (PSD) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Vice-Presidente, só um esclarecimento que penso que não respondeu relativamente a uma correção dos passeios em Vilar de Ledra, que não chegou a ser executada pelo empreiteiro, ela foi adjudicada, eu sei que estava englobada em mais obras, já foi há quatro anos, gostaria de saber o ponto de situação junto com os serviços e verificar isso. Relativamente aquelas candidaturas, o apoio que eu solicitei, de interesse do concelho, se a Câmara estará disponível para apoiar?

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* em representação da Senhora Presidente, disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer que esses dois assuntos, os passeios de Vilar de Ledra e a questão do Protocolo de Cooperação entre o Município e a Associação de Carvalhais são assuntos que eu vou remeter na resposta por escrito ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Em relação aos passeios de Vilar de Ledra, vamos recuperar a situação, em que ponto se encontra e em relação à outra questão, como disse, houve uma manifestação por parte da Associação de estabelecer um Protocolo de Cooperação com o Município, o Executivo municipal vai avaliar essa situação e a seu tempo fará o contacto com a Associação e também com a Junta de Freguesia porque seria aqui um acordo tripartido entre a Associação, a Junta de Freguesia e o Município

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa quer informar que acolheu a Proposta apresentada pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *André Geraldo*, na Proposta de um Minuto de Silêncio a *Valter dos Santos Cadavez*, não obstante ter sido apresentado como matilheiro, como era conhecido no mundo da caça, o Senhor *Valter dos Santos Cadavez*, era o Presidente da Assembleia de Freguesia de Cabanelas, pelo que estamos a falar de um eleito local, de um autarca e que estava em funções quando faleceu e nos merece de facto que seja homenageado como um dos nossos pares na sua dedicação ao Poder Local, às autarquias e às nossas freguesias.

----- A Assembleia Municipal associou-se ao Proposto pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *André Geraldo* e efetuou um Minuto de Silêncio pelo falecimento do Matilheiro e Presidente da Assembleia de Freguesia de Cabanelas, *Valter dos Santos Cadavez*.

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Hoje gostaria de dedicar os meus cinco minutos à reflexão sobre a importância crucial dos Presidentes de Junta de Freguesia no nosso sistema democrático, e mais ainda, no funcionamento prático no nosso dia a dia enquanto cidadãos. Embora, muitas vezes, subvalorizados no panorama político, o trabalho que desenvolvem tem um impacto direto significativo nas nossas vidas.

Os Presidentes de Junta são, antes de mais nada, a face mais próxima da política local. São eles que conhecem em profundidade os problemas e as necessidades dos cidadãos. Se há uma estrada que precisa de reparo, um espaço público que necessita de manutenção ou uma família em situação de vulnerabilidade, o Presidente de Junta está lá no terreno, com a sensibilidade necessária para responder a essas questões.

Essa proximidade faz toda a diferença, pois permite uma ação rápida e eficaz, algo que nem sempre é possível nas esferas políticas mais distantes. Contudo, a importância deles vai além dessa proximidade.

O Presidente de Junta também funciona como mediador entre a Freguesia e o Município e, muitas vezes, entre os cidadãos e o próprio Município. Essa ponte é essencial para garantir que as preocupações locais sejam discutidas e ouvidas de forma justa. É importante frisar que, sem essa voz ativa e presente, muitas comunidades, especialmente as mais pequenas, correm o risco de ficarem esquecidas.

Outro ponto que gostaria de destacar é o papel dos Presidentes de Junta na coesão social e na identidade comunitária. Eles promovem atividades culturais, desportivas e sociais que mantêm viva a tradição e fortalecem os laços entre os habitantes. Uma festa tradicional, uma feira local, uma atividade desportiva, todas estas ações têm o poder de unir as pessoas, de gerar orgulho e sentimento de pertença. E quem está na linha da frente a organizar estes eventos? São os Presidentes de Junta.

Aproveito também para agradecer o papel preponderante do nosso Presidente de Junta de Mirandela, *Luís Soares*, na dinamização do convívio que teve lugar na aldeia da Freixedinha este verão, pois ele representa na íntegra esses atributos de proximidade. No entanto, falo no *Luís*, mas poderia falar no Senhor *Arménio Vaz*, no *José Cabanas* e em todos os outros Presidentes dessas Freguesias a que presidem; o reconhecimento é igual.

Além disso, os Presidentes de Junta têm um papel económico importante na promoção do desenvolvimento local, ao apoiar pequenos negócios, incentivar o turismo e atrair investimentos. Estão a ajudar a revitalizar a economia local, a criar emprego e isso é desenvolvimento real e tangível que faz a diferença na vida das pessoas.

Por fim, não podemos esquecer que, em momentos de crise ou de dificuldade, é o Presidente de Junta que muitas vezes assume a liderança, orientando a população, ajudando a lidar com situações adversas e oferecendo apoio direto. Não são poucas as vezes que o Presidente de Junta é o primeiro a responder a desastres naturais, como incêndios, inundações ou crises sociais, como a pandemia que tivemos nos últimos anos.

O Presidente de Junta de Freguesia é mais que um gestor local: é um verdadeiro líder comunitário, alguém que faz a ponte entre o cidadão e o poder, que resolve problemas do quotidiano, promove a identidade local e incentiva o desenvolvimento. Sem a sua dedicação e o seu trabalho, muitas freguesias não teriam o mesmo nível de bem estar ou de progresso.

Por isso, enquanto Membro desta Assembleia, aproveito para trazer à tona um assunto interligado e dar o meu pequeno contributo aos nossos Presidentes de Junta, alertando para uma questão de extrema importância que afeta diretamente a qualidade de vida da nossa comunidade: a inexistência de rede de saneamento na nossa Freguesia, especialmente na aldeia anexa da Freixedinha, onde residio.

Para o Executivo, esta é uma situação que precisa ser tratada com seriedade e urgência, pois tem implicações profundas para a saúde pública, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da nossa Freguesia. Diante deste cenário, é imprescindível que unamos esforços para resolver esta situação de uma vez por todas.

A inclusão da nossa freguesia nos planos de expansão da rede de saneamento deve ser vista como uma necessidade urgente e não como algo que pode ser adiado indefinidamente. Não podemos aceitar que, em pleno século XXI, ainda existam freguesias no nosso país sem acesso ao saneamento básico. Já nem falo de outras questões mais básicas, como redes de internet, que também não existem por lá.

Este é um problema que afeta a todos. Exige uma resposta coletiva, comprometida e urgente. A nossa freguesia merece viver com dignidade, saúde e segurança, e cabe a nós garantir que esse direito seja respeitado.

Termino, portanto, reforçando a valorização e o apoio ao trabalho dos Senhores Presidentes de Junta, pois são peças essenciais para o bom funcionamento da democracia local e, acima de tudo, para garantir a qualidade de vida das nossas comunidades.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A vantagem de falar já neste adiantado da reunião é que grande parte do que tinha para dizer foi dito e bem dito. Sobretudo pelo meu amigo *Eurico Carrapatoso* e também nas sábias palavras do meu amigo *Manuel Figueira*, que fizeram aqui uma resenha muito importante do que já foi feito, do que foi bem feito, do que tem vindo a ser feito, do papel importante e das condições, muitas vezes adversas, da questão dos postos dos Presidentes de Junta, os eleitos locais, em primeiro lugar os Presidentes de Junta, como disse também o *Mário Vilarinho*, são a primeira figura da proximidade, passo a redundância, com as populações. De facto, muitas vezes não são valorizados, são criticados, são questionados de uma forma agressiva, muitas vezes injusta, como aqui neste palco também, infelizmente, tem sido useiro e demasiado useiro nessas situações, neste caso com o Executivo e na pessoa da Presidente da Câmara. Manifesto a minha total solidariedade contra as palavras que foram ditas hoje de manhã por um membro do público, pois acho que há limites inultrapassáveis que devem ser completamente evitados e que a Mesa, sabiamente, tem evitado quase sempre. Sei que quase sempre não é sempre, por isso também não podia deixar passar esta situação em claro.

Quero pegar aqui e sublinhar o caminho que tem vindo a ser feito nos últimos anos e que foi já aqui frisado várias vezes, mesmo pelos Presidentes de Junta do PSD. A importância que o Protocolo celebrado com as juntas tem, um protocolo que, para bem e para mal, tem as condições completamente definidas.

Há uma igualdade com todos e nunca é demais sublinhar que há aqui algumas pessoas, não muitas, porque vai-se mudando, e assim de repente, penso que só já restam dois decanos das nossas freguesias, que são o Senhor *Arménio* e o Senhor *Pereira*, que não me deixarão mentir. Este Protocolo, tendo as características que tem e dando a liberdade, a dignidade que dá às freguesias para programarem as suas contas e os seus desideratos durante o mandato, deixou de estar sujeito à boa disposição, à arbitrariedade de quem decidia anteriormente, que decidia em função de estados de espírito, de simpatias pessoais, sei lá, de qualquer coisa que não é mensurável, qualquer coisa que não é igual, não tem nenhum princípio de igualdade. Portanto, esse caminho percorrido nos últimos anos nunca é demais ressalvá-lo. Se olharmos à nossa volta e, mais uma vez, fizermos aqui paralelismos com concelhos vizinhos, alguns municípios aqui à nossa volta, que de uma forma completamente legal e de uma forma completamente correta, no meu entender, não distribuem este financiamento para as freguesias de forma libertária, que lhes permita esse tipo de liberdade.

O que faz com que estejamos aqui, um passo à frente de muitos municípios à nossa volta. Obviamente, como em tudo na vida, temos questões de prioridade e de escassez, ou seja, os orçamentos e o dinheiro são, obviamente, escassos, não dá para tudo, não dá para conseguirmos fazer tudo a todos, não dá para fazer tudo em todas as freguesias ao mesmo tempo. Daí que seja cada vez mais importante saberem, os Presidentes de Junta, com o que podem contar, de forma a esquematizarem as suas prioridades durante o mandato, o que muitos têm feito e muito bem, de forma a conseguirem melhores condições de vida para os seus fregueses e permitirem esta priorização e esta eficiência para a resolução dos problemas que são, de facto, muitos.

Temos aqui falado desde a desertificação, à falta de questões básicas como o saneamento básico e eu saio daqui hoje, ao contrário de outras reuniões que tivemos dedicadas às freguesias, com um sentimento muito melhor e tenho de confessar isso. Saio daqui muito mais cheio, com muito melhor ânimo do que saí noutras reuniões. Porque acho que, além de uma crítica vã e de uma série de pressões e de quase chantagem, em outros anos este palco foi, infelizmente, usado para isso.

Acho que, de uma forma muito mais salutar, foram apontadas aqui questões, foram apontados aqui caminhos, foram apontados aqui problemas, algumas soluções foram aqui apresentadas, o que foi bem feito, o que é prioritário fazer, o que de mal também foi feito, mas acho que houve aqui uma construção muito mais efetiva e muito mais positiva do que tem havido noutras circunstâncias.

Nós temos um território nacional completamente assimétrico, mas dentro da nossa realidade e dentro do nosso concelho, temos um território igualmente assimétrico e não podemos tratar de forma igual a Freguesia de Mirandela, a Freguesia da Torre Dona Chama ou a Freguesia de Carvalhais ou de Frechas, que são freguesias que têm problemas de uma dimensão e características que obviamente não terá a Freguesia de Alvites, a Freguesia de Múrias, a Freguesia de Vale de Telhas ou a Freguesia de Mascarenhas ou de Suções.

Portanto, tenho de pegar aqui no princípio da igualdade e da equidade que foi aqui trazido pelo *Nelson Teixeira*. São dois princípios diferentes, mas não podemos pedir equidade de uma forma abstrata, quando as próprias freguesias não partem de um princípio de equidade. Temos freguesias que reclamam, e bem, das redes de telecomunicações e de uma série de características de limpeza e outras coisas, e temos freguesias que não têm saneamento básico em quase toda a sua extensão. Não podemos pedir para umas freguesias uma dimensão qualquer de algo, quando, noutras freguesias, aldeias inteiras, pegando nas palavras do *Eurico*, não têm uma rua calçada, ou seja, o princípio de equidade, com o qual eu concordo, não pode ser aplicado quando, à partida, a equidade não está minimamente assegurada de raiz.

Ou seja, eu acho que a equidade, sim, é um fim, mas o princípio da igualdade, sobretudo de tratamento para todas as freguesias, sem haver discriminação partidária, simpatia pessoal, boa disposição, ou se o pedido foi feito de manhã, à tarde ou à noite, é o princípio basilar que nestes sete anos tem feito este caminho, e bem, e que deve ser seguido com as pequenas alterações e com as pequenas melhorias às quais qualquer situação na vida está sujeita.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu hoje pensava que nesta Assembleia, até porque o ambiente está bastante festivo, alguém do PS, da Mesa, da Câmara Municipal, ou até da Bancada do PS, que me antecedeu nesta intervenção, viesse dizer para quando a homenagem ao Senhor Presidente *Bernardino Pereira* e *Arménio Vaz*, que já foi proposta e votada nesta Assembleia para serem homenageados e continuam a não ser.

Depois, quero dizer o seguinte: acho que ainda há um equívoco, que é este Protocolo que aqui foi votado em 2018, por conta de *Paulo Pontes*, que foi aprovado porque havia uma maioria do PSD na Assembleia, que de uma forma ou de outra exerceu pressão sobre o Executivo, para estabelecerem um protocolo, ou era feita a distribuição de verbas como foi, sob pena de não ter o Orçamento de 2019 aprovado. Havia assim esta discussão no ar e foi aí que surgiu a pressão do protocolo. Por conta do PS, ele até foi votado, ou discutido em Assembleias distintas, era para ser numa Assembleia, mas acabou por ser noutra, porque entretanto já havia trabalhos de preparação.

Portanto, foi a política, a democracia a funcionar. E mais, este Protocolo de Competências são competências da Câmara. Se ao abrigo deste protocolo ele for, porventura, suspenso, estas verbas que são gastas nas juntas de freguesia têm de ser gastas pela Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia. Desculpem, é que agora são feitas por conta das juntas de freguesia e se não existir este Protocolo, tem de ser a Câmara Municipal a ir lá com os seus meios, que não tem, fazer o mesmo trabalho e se calhar pior.

Onde é que está a grande dúvida? É nos subsídios extraordinários, que há juntas de primeira, de segunda e de terceira. Há os que dizem: “Não, não, isto é política a funcionar.” Há juntas de freguesia mais politizadas do que outras, por essas razões, há Presidentes de Junta que nem precisam aqui de falar. Eu acabei de vir de almoçar, a primeira coisa que o Senhor me disse quando lá cheguei foi: “Olhe, o Senhor está na Assembleia? Olhe, a estrada da Torre Dona Chama via Mascarenhas a Mirandela, vai ser discutida lá?” É que há Presidentes de Junta que nem precisam de falar, já têm discutidas as verbas extraordinárias. Até as das festas, portanto, é preciso perceber o que é que está aqui em causa no Protocolo.

As juntas de freguesia estão a reclamar por uma verba ou outra que está mal distribuída, como aconteceu com o Senhor Presidente de Junta de Carvalhais, que fez aqui uma intervenção sublime e que, ao nível da limpeza, se for a Câmara a fazer a limpeza da Freguesia de Carvalhais, vai gastar muito mais do que a verba que tem atribuída. É a Câmara Municipal que tinha que o fazer. O problema que está aqui são as verbas extraordinárias e elas são díspares de freguesia para freguesia, com critérios dúbios, mas são critérios políticos, porque a Senhora Presidente da Câmara também tem que optar politicamente. E são essas opções políticas que nós estamos aqui a discutir, umas com critério, outras sem critério, outras com cartão, outras sem cartão e as outras atribuições que nem sabemos por que razão são feitas.

Depois é assim, nós falamos dos seus municípios, falamos da qualidade da democracia. Há aqui duas questões: umas são as opções políticas da Senhora Presidente da Câmara, nós estamos a discuti-las. Porque dizemos que não tem critério, que não há equidade, não há igualdade, é isso que estamos a discutir. Qualquer intervenção tem que ser respeitada, os Senhores Presidentes de Junta são tão eleitos, quanto a Senhora Presidente da Câmara.

Sobre as promessas não cumpridas, o Senhor *Manuel Brízido*, permita-me que fale no seu nome, assim como também não se vai chatear o Dr. *Rui Neves*, eles estão indignados e vêm aqui reclamar promessas não cumpridas da Senhora Presidente da Câmara. A democracia está degradada por quem? Uma coisa são os impropérios pessoais, que não são toleráveis nesta Câmara, até porque há uma Ata que é lavrada e porque estão a ser filmados. Temos que nos dar ao respeito entre pessoas e instituições. Mas eles estão-se a queixar de promessas eleitorais da Dr.ª *Júlia*, uma com a derrocada e outra com a promessa de emprego à sobrinha do Senhor *Brízido*.

Quem é que degradou a democracia? Nós temos todos culpa, porque agora vamos para a campanha eleitoral e sabemos que vai ser um "regabofe", assim como a maternidade, como se não houvesse uma do Norte. Portanto, estamos aqui a discutir isso, a degradação da democracia, parece que aqueles dois Senhores têm um selo. Não! A responsabilidade é geral e é por isso que temos de ter cuidado com as promessas. Porque alguns Senhores Presidentes de Junta também vêm aqui, e eu sei perfeitamente de alguns, que nem sabem se vão ser candidatos. Porquê? Por conta das promessas feitas pela Senhora Presidente da Câmara que, até ao dia de hoje, ainda não foram cumpridas.

Nós sabemos que isto é uma dança que se vai repetir mandato a mandato, mas há Presidentes de Junta que eu lembro-me de dizerem: “Professor *Paulo*, eu se calhar, não vou ser candidato, porque não cumpriram nada comigo.” Porque o Senhor também é eleito na sua terra onde defraudou as expectativas dos seus fregueses, ponto número um. Agora, deixem-me puxar o canal memória, porque nem tudo é bom agora, nem tudo foi muito bom no passado, nem tudo é muito mau agora, nem tudo mau no passado.

É que não é preciso tanto, não é preciso tanto meus Senhores. A intervenção que eu faço à tarde vai ser muito diferente daquela que fiz de manhã, mas, felizmente, recebi um conjunto de dados, que eu agradeço, são fidedignos e dizem assim: “2007 a 2014, sete anos, a Freguesia de Alvites, rede de águas residuais 140.000€, rede de águas 84.000€, mais 7.000€. Estrada municipal 560 Avantos-Alvites pavimentação 840.000€, estrada municipal 560 Avantos-Alvites sinalização e segurança 145.000€. Estrada municipal de Alvites-Paradela, 80.000€, entre outros trabalhos que envolvidos somados eram uma outra verba significativa quanto a esta. O total de gastos só nesta Freguesia é 1 milhão e meio de euros, seguramente. Portanto, nem tudo é bom, nem tudo é mau.

Não nos podemos esquecer do passado, se não estávamos na Junta temos que respeitar na altura quem estava, até porque os candidatos à Junta que vieram a seguir também foram candidatos pelo PSD e, nesse dia, não se sentiam enganados. Portanto, hajá respeito e memória, porque os dinheiros públicos são de todos e foram gastos nas juntas de freguesia.

Depois, Junta de Freguesia das Múrias, nomeadamente, Vale de Prados, terreno para ETAR, 2.500€, arruamentos de toda a aldeia, inclusive o acesso à estrada municipal à entrada da aldeia, 175.000€, rede de águas residuais, 103.800€, rede de águas, 35.000€, mais 17.000€. Mas, Senhora Presidente de Junta, a Senhora foi candidata pelo PSD, não se indignou nesse dia? E nessa altura? Fez uma candidatura por honra. Depois, outra coisa: Múrias, rede de águas, 19.000€.

Eu hoje até estou a falar assim porque até tenho tempo, estão a perceber? E olhem, para de uma vez por todas ficarmos esclarecidos, nós sabemos perfeitamente qual é o processo que se está aqui a passar. Rede de águas, 19.000€ nas Múrias, isto acresce diversos calcetamentos feitos na aldeia das Múrias. Total de gastos, mais de 500.000€. Portanto, Senhora Presidente de Junta, foi por isso que mudou de partido? Fez bem. Tem ganhos para a sua Freguesia? Melhor ainda, mas não escamoteie a sua própria candidatura, porque fez por este Partido. Tenho que dizer por aquelas pessoas que já não estão cá, pode dizer o que quiser de mim, pode vir aqui e reclamar, eu estou aqui a dar a cara.

E depois, outra coisa, que tamanha injustiça aconteceu com o Senhor Presidente de Junta do Romeu. Ele serviu de exemplo para os outros todos. A Senhora Presidente da Câmara juntou os 700.000€ gastos em seis anos na Freguesia dele. Senhora Presidente da Câmara, some lá os orçamentos todos, Senhor Vereador, Senhor Vice-Presidente. Fez 30.000€ por cada orçamento, não é? Multiplique isso, está para aí 240 milhões de euros. Deixamos de ter buracos na estrada? Passamos a ter o quê? Mais pontes? Mais lares? Mais centros de dia? Porque é que não se soma os 30 milhões de euros de orçamento, como somou as verbas do Senhor Pereira, dos 700.000€? É aquilo que eu digo, nós não temos nada a aprender convosco, vocês trabalham pouquinho.

É que esta verba dos 30 milhões, vezes 7 anos, é a mesma verba do Senhor *Pereira*, que deu 700.000€, tem que fazer assim as contas. Além disso, a vossa forma de estar e de fazer política, estou para assistir. Porque vocês estão agora a fazer um novo Quadro Comunitário e eu quero assistir às vossas opções políticas.

Agora, para terminar, que era a intervenção que eu tinha para fazer, mas que entretanto, não podia ficar indiferente. Assim, volvidos seis anos, após a sua aprovação nesta Assembleia Municipal, continuamos a avaliar o Protocolo das juntas de freguesia. É normal que assim seja, sendo um processo altamente democrático.

A Bancada do PSD continua a afirmar que foi de elementar justiça, em 2018, que esta Assembleia tenha votado favoravelmente a marcação de uma Assembleia Extraordinária, a fim de discutir o contexto das juntas, a nível económico, político, social e outros. Esta possibilidade de debate a favor das juntas de freguesia assume cada vez maior importância, nomeadamente nos territórios do interior, tendo em conta as características da sua população residente, cada vez mais envelhecida e com dificuldades agravadas dia após dia.

À data, em 2018, no âmbito das competências das juntas de freguesia, evidenciaram-se as seguintes áreas: ao nível do acesso à saúde, reiteramos hoje, mais do que nunca, ser fundamental o apoio nesta área a esta população idosa e cada vez mais distante do seu Hospital; a Proteção Civil, cada vez mais exigente, tarefa de proceder à limpeza das matas e florestas face ao combate eficaz aos fogos de verão, e que exibiu com pompa e circunstância o prémio Município Amigo do Desporto, quando, repito, os seus parques infantis estavam e estiveram este verão encerrados.

O desenvolvimento das freguesias, onde a valorização dos produtos da terra encontra oportunidades na criação de riqueza através dos produtos alimentares e matérias-primas, no turismo paisagístico, cinagético e ambiental, no património cultural e natural e na produção de energias alternativas como a hídrica, a eólica, a solar e menos energia biomassa no nosso concelho. Sabemos que, ao nível do turismo natural, foram requalificadas algumas praias fluviais e que as feiras temáticas, que cada vez são menos, e as que se realizam têm cada vez menos apoios por parte do Executivo. Quanto ao património cultural, como o Santuário rupestre, temos o processo em Tribunal que apenas retarda o futuro, quanto ao património religioso não se verificam casos em Tribunal, mas também não temos igrejas em obra.

Com a identificação destas oportunidades, é cada vez mais importante congregar esforços face ao futuro, quanto mais não seja, a favor das gerações vindouras. Reiteramos que o agendamento desta Assembleia não é mais do que manifestação de interesses dos Senhores Presidentes de Junta em querer planificar o futuro, traçar modelos e atos de gestão e realizar investimentos que se traduzem em ganhos efetivos na melhoria, no dia a dia das suas populações.

Senhor Presidente, os Senhores Presidentes de Junta continuam-lhe a propor um melhor tratado de transparência, para que os meios e os subsídios a atribuir sejam estabelecidos com critérios claros, objetivos, equitativos, igualitários, mas sobretudo, justos. Que tenham em conta o número de quilómetros rurais, o número de aldeias, o número de cemitérios e assim, no princípio da subsidiariedade, isto quer dizer que os problemas têm que ser resolvidos no local, porque não basta atribuir verbas que depois não se resolve coisa nenhuma.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o que os Senhores Presidentes de Junta reivindicam são meios para resolver os problemas das pessoas. Senhora Presidente, irá proximamente tomar diligências no sentido de preparar o Orçamento do próximo ano? Leve a sério as pretensões das juntas de freguesia por igual, até porque melhores freguesias constroem um melhor concelho. Uma aposta sustentável no espaço rural irá contribuir para um desenvolvimento mais equilibrado do território. As adendas

sugeridas continuam no âmbito das seguintes atividades: Conservação e reparação de escolas e equipamentos de recreio infantil, manutenção e conservação de gestão de zonas verdes e espaços ajardinados, limpeza de vias e espaços públicos, manutenção de caminhos rurais, limpeza de matas e florestas, manutenção e conservação de pavimentos rodoviários e pedonais, limpeza de bermas e valetas, licenciamento da ocupação da via pública, por motivo de obras não sujeitas a licenciamento, mas, à data da realização desta Assembleia, as juntas de freguesia têm mais problemas.

O problema da água, a sua falta ou a baixa qualidade, que irá marcar o seu futuro imediato, quer para as pessoas, quer para as pequenas empresas; o setor da agricultura, sem novos regadios ou charcas para a rega ou, quanto mais não seja, para a retenção de água; a revisão do PDM, que se perspectiva ser um documento castrador sobre o território rural, onde algumas aldeias, quer pela sua proximidade de Mirandela, deviam ter terrenos urbanizáveis de construção a preços mais competitivos, dados os preços praticados na sede do concelho; e o problema da mobilidade, que desejamos que seja resolvido brevemente.

Senhora Presidente, foi e é descentralizadora e seja sem reservas, no pressuposto que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia cumprem o seu papel de forma abnegada, as suas tarefas e muito para além das suas competências. A proximidade com que se relacionam com a sua população é a melhor estratégia para o reforço da democracia.

O Grupo Municipal do PSD reafirma a sua matriz autárquica, a nossa história está intrinsecamente ligada com a história das juntas de freguesia do concelho de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Sendo esta a última Reunião Extraordinária dedicada às freguesias do concelho de Mirandela, neste mandato 2021-2025, dado que a próxima deverá acontecer já com novos Executivos, queiram considerar as nossas palavras como algumas das conclusões que podemos retirar das intervenções aqui plasmadas durante esta Sessão. Para dar uma certa clarificação, vou enumerá-las, mas sem qualquer ordenação, apenas com numeração.

1. Foram menos de metade dos 30 Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia que usaram da palavra. Por isso, mais de 50% dos 30 Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia deste concelho não falaram nesta Assembleia Municipal extraordinária, cujo período da Ordem do Dia era um debate alargado sobre as freguesias e uniões de freguesia. São mais de 50% que usaram o silêncio para falar em silêncio. Desculpem o pleonismo ou a redundância, mas entendemos ser necessário, pois o silêncio de cada um também tem o seu significado.
2. Manifestamos aqui a nossa solidariedade com todos os Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia em relação a todo o esforço a que se sujeitam, bem como ao seu papel múltiplo em resolver as variadas questões e problemas que enfrentam diariamente. Sentimos, juntamente com eles, aquela angústia pelas limitações orçamentais, que os impedem de concretizar as obras que gostariam de levar a cabo, mas que ficam por fazer.
3. Nós já há muito que sentimos os anos passarem e as realizações, diga-se, as obras fundamentais para que haja melhores condições de vida, para minimizar os custos da interioridade, para atrair as populações, vão ficando por fazer e as nossas gerações já não vão conseguir usufruir. Sendo que as gerações que nos seguem ficam também em risco de não as poderem usufruir. Tudo isto porque os vários constrangimentos, como a carência de meios, ou a inoperância de políticas morosas e mal definidas, impedem que as obras se concretizem com mais celeridade.
4. Falou-se aqui das condições de fixação, de atração das pessoas e das empresas ao investimento, porém, verificamos que essas condições continuam a não ser melhoradas, nem criadas. Por exemplo, o PDM. Veja-se o que tem demorado, repare-se nas limitações da criação de zonas urbanas para construção. A Arquitecta *Luísa Belchior* pode provar ou mostrar a luta que se está a travar para que não se diminuam as áreas urbanas e até para que sejam aumentadas. Será que se consegue? Parece-nos que, pelo PDM, não haverá melhoria de condições de fixação, pois os impedimentos ao alargamento das zonas urbanas não serão ultrapassados, segundo a lei vigente.
5. Há que considerar aqui a questão da desertificação e do despovoamento. São situações distintas, mas parece que por vezes se confundem. Quando falamos aqui na Assembleia do despovoamento, ou seja, da diminuição da população, do abandono da população em relação a determinado lugar, isso pode ser uma consequência da desertificação. Isto é, a degradação do solo, da paisagem e do sistema bio produtivo terrestre de certas zonas, resultante de fatores variados, como os climáticos e os humanos. Para que haja menos despovoamento, tem de haver condições de fixação. Como disse o Vice-Presidente da Câmara, *Orlando Pires*, têm de existir condições para que as pessoas se sintam bem e escolham o concelho de Mirandela para se fixarem. Para isso, há um conjunto de fatores que têm de se reunir, como o problema do abastecimento de água, aqui referido, o problema da construção das habitações, e por isso, lá está o PDM, como documento base para definir onde e como se pode construir, as acessibilidades, etc.
6. Aqui está outro fator que pode pesar imenso na decisão de fixação: a rede viária, as estradas nacionais e municipais, os acessos e vários outros equipamentos. Vejamos o problema das acessibilidades, aqui falado pelos Senhores Presidentes de Junta. Constatamos que a obra realizada e prevista neste setor, por este Executivo, é muito limitada, quer em quantidade, quer temporalmente. Aprovamos, na última Reunião da Assembleia Municipal, um empréstimo de quase 1 milhão de euros para beneficiação e pavimentação de três estradas/caminhos. Por este andar, um empréstimo a 20 anos, quando chegará a vez de tantas outras vias e caminhos do concelho, algumas das quais hoje aqui referidas? Gostaria que a Senhora Presidente da Câmara ou quem a representa, os Vereadores, nos dissessem quando está previsto, por exemplo, beneficiar, modernizar e pavimentar de novo a estrada Mirandela-Torre Dona Chama, por Mascarenhas. Não acham que era um eixo muito importante que já devia ter sido realizado há anos, e continuamos a aguardar que venha no Orçamento? Quanto mais a realização da ligação Mirandela-Torre Dona Chama no troço da Bouça-Torre Dona Chama, pois há essa alternativa, mas também não está em condições do século XXI. E a estrada do Campo da Aviação a Barcel-Longra para Valverde da Gestosa? Quando está previsto a construção, ou melhor, a reparação e beneficiação da estrada já aqui falada, precisamente a Mirandela à Trindade? Ou a estrada do Navalho-Abreiro, que foi falada aqui pelo Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Avidagos, Pereira e Navalho, entre tantas outras que são necessárias?

Estes exemplos que referi mostram bem que não há condições, em grande parte do concelho de Mirandela, para que as pessoas se fixem aqui. Por um lado, esta beneficiação não serve só para as pessoas se fixarem, mas também para se movimentarem, para se deslocarem, para que os habitantes que estão mais distantes possam chegar mais rapidamente à cidade, por várias questões que sabemos que a vida nos exige.

Não seria isto a coesão territorial tão falada?

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, ficou aqui bem patente que há um número significativo de insatisfações dos Senhores Presidentes de Junta e Deputados Municipais em relação à distribuição de verbas extraordinárias para as freguesias, bem como ficou claro que as juntas de freguesia têm de ser dotadas com mais meios financeiros para fazer face a tantas obras que são necessárias, para o bem das populações.

Em jeito de síntese, só com outra forma de gerir as receitas e as despesas, só com outra forma e critérios melhor definidos para dotar as freguesias de mais meios financeiros, resolver-se-ão muitos dos problemas aqui elencados.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Depois de estar aqui uma manhã a ouvir aquilo que é a discussão, vamos falar do estado, não da Nação, mas do concelho. Fica claro que não está tudo muito bem, mas vão havendo diferenças que temos de assinalar e não podemos olhar para um lado e fingir que não temos o outro lado para olhar. Fica claro que, depois de 50 anos do 25 de Abril e fazendo um *backup* à memória, o que era o nosso concelho de Mirandela antes do 25 de Abril de 1974? E percebermos hoje, 50 anos depois do 25 de Abril, o que foi a restauração ou restituição daquilo que é o Poder Local democrático.

Começamos aqui logo com um erro estratégico no desenvolvimento da nossa região, não retirando a responsabilidade no desenvolvimento do nosso concelho daquilo que é o papel fundamental da Câmara Municipal e o papel fundamental que têm as juntas de freguesia. E o que temos assistido ao longo destes últimos anos? Temos exatamente assistido àquilo que é fundamental para o desenvolvimento, quer do concelho de Mirandela, quer do distrito de Trás-os-Montes, quer do Algarve, quer do Alentejo, quer da Beira Baixa. O investimento público do Estado, do nosso dinheiro, do dinheiro de todos nós que pagamos impostos, é aqui a principal questão de desenvolvimento do país. É aqui neste ponto, meus Senhores, e todos falaram aqui, e bem, porque temos uma visão muito curta, olhamos só para o nosso umbigo.

Quando nós pedimos à Câmara Municipal que faça determinados investimentos, também temos de perguntar ao Ministério da Coesão Territorial, que é agora o nome pomposo que se dá, qual é a transferência que faz daquilo que são os impostos de todos os portugueses para os municípios? Qual é? Já se perguntaram, Senhores Deputados, qual é o valor que é atribuído, que sai do Orçamento Geral do Estado para as Câmaras Municipais desempenharem o papel que todos aqui mencionamos das falhas e das necessidades? Já sabem qual é o valor, Senhores Deputados? Eu vou-lhes dizer: nestes últimos anos, desde 1979, para ser mais exato, tem havido uma questão fundamental que é a questão do desenvolvimento, a Lei do Financiamento Autárquico. Aquilo são os nossos impostos, o incumprimento constante da lei. O Estado, o Governo, porque o Estado somos todos nós, o Governo tem outra função, todos os anos não cumpre a lei de financiamento local. Há um incumprimento todos os anos e, se nós formos contabilizar aquilo que tem sido retirado do Governo, às autarquias locais e, subsequentemente, às juntas de freguesia, estamos a falar já em valores na ordem dos quatro mil milhões de euros que estão a ser sonogados às autarquias. E os Senhores Deputados, com isso, não se importam rigorosamente nada. É isso que faz com que depois vimos todos aqui discutir que, quando não há pão em casa, toda a gente ralha e não há razão. Há razões e não podemos branquear as sucessivas políticas. Eu não tenho qualquer tipo de problema em o dizer: entre o Partido Socialista, o PSD, juntamente com o CDS, ou às vezes sem o CDS, é neste caminho que nos estão a levar e os Senhores não se interrogam por isso.

Não se interrogam, é fácil chegar aqui, como ouvi dizer aqui um Presidente de Junta, que é ameaçado na sua junta de freguesia por um freguês, porque não lhe pôs o paralelo à porta de casa, ou por outra razão qualquer, e depois vejo os Presidentes de Junta a chegarem ao pé da Presidente da Câmara: “Eu estou a precisar de dinheiro para isto” e depois vejo a Senhora Presidente da Câmara chegar ao Governo e dizer: “Preciso de dinheiro para isto”. Conclusão: andamos todos aqui enganados e isto tem a ver com opções políticas. Nós hoje estamos aqui a discutir, e eu por acaso, não é por ser filho de A ou de B, mas eu tenho comigo aquilo que vai ser a discussão do Orçamento do Estado daqui a nove dias. Vamos falar sobre o Orçamento de Estado do nosso país e o que é que diz o Orçamento do Estado do nosso país? Investimento público, zero.

Agora vamos falar: o que é o investimento público? Olhem, educação, que investimento público se faz na educação para partir de um princípio básico? A valorização da carreira dos professores? Não. O que é que faz a doutrina política, a opção política do PSD, do PS, juntamente com o CDS, ou não, e agora com a Iniciativa Liberal e o Chega? O que é que fazem? Transferência de competências, descentralização: vamos passar para a autarquia o ónus da responsabilidade de garantirem este funcionamento, com que verbas? Ou seja, o Estado, o Governo, demite-se das suas responsabilidades, que vêm mencionadas naquele documento que é fundamental para o nosso desenvolvimento e para nos organizarmos como sociedade, que é a Constituição da República.

O Estado demite-se das suas funções e transfere para as autarquias. Eu não tenho dúvidas: nós votamos contra a descentralização, este modelo de centralização. Eu não tenho dúvidas, Senhores Deputados, que daqui a uns anos, e não vai demorar muitos, vão ouvir a população dos vários concelhos do nosso país a baterem à porta da Senhora Presidente da Câmara para fazer isto e para fazer aquilo. Só que não têm dinheiro, porque o Estado não lhe dá, porque não há investimento público.

Falamos da saúde. O que se está a fazer quando chegamos aqui e falamos em coesão territorial? Uma palavra linda, é uma palavra linda: coesão territorial. O que é que se faz a nível central do Governo para haver coesão territorial? O que se faz? Corta-se no investimento público, corta-se naquilo que é a possibilidade e a manutenção das populações nos seus territórios, corta-se no apoio à agricultura. Tivemos um programa da PAC – Política Agrícola Comum, que eu não vou discutir aqui, mas aqueles que estão ligados à agricultura sabem o que representa e o PEPAC - Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, o que é que ainda vai representar mais.

Portanto, estamos a falar de políticas centrais. Nós não podemos vir para aqui discutir, com toda a moral e com todo o respeito que temos, que a responsabilidade pertence só a um organismo. É o Governo, são as políticas do Governo que determinam isto. Por que é que chegamos hoje a este ponto?

Mobilidade, o plano de mobilidade, onde é que está o investimento público? Vejam bem onde é que nós chegamos. Estamos a discutir um plano de mobilidade em que, o ano passado, a CIM-TTM e caricato que seja, ao consultar ali os meus papéis, vi ali uma informação que, por acaso, já não me lembrava, que, em 2018, o valor transferido do Governo para as CIM todas, foi de 84 milhões para os planos de mobilidade. Por uma proposta do Partido Comunista Português, passou para 104 milhões. Vejam bem, estamos a falar de 104 milhões para os planos de mobilidade das CIM nacionais, não é só a nossa de Trás-os-Montes. Nacional, o que é que isso representa? Significa que, o ano passado, assinámos aqui um protocolo com a CIM-TTM, para o Plano de Mobilidade Intermunicipal de 5 milhões de euros. O concorrente abandonou o barco, porque aquele valor não lhe chegava.

Este ano votamos aqui, salvo seja, eu não, votei contra., uma verba de 25 milhões de euros, plano regular e plano flexível, que eu fiz aqui questão de perguntar à Senhora Presidente se era uma coisa, ou se era outra. São as duas. Eu sabia, mas eu queria ouvir da Senhora Presidente. São as duas. O plano flexível vai custar ao Município de Mirandela 800 e tal mil euros e o plano regular vai custar cinco milhões. E temos um plano de mobilidade para a CIM-TTM de 25 milhões. E depois temos outra coisa: temos um imposto que não é cobrado às nossas regiões pela venda das barragens da EDP à Movera de 140 milhões de euros, em que o Estado, por opção política, o Governo, não quer cobrar à Movera. E porquê? Porque é uma grande multinacional e, provavelmente, se a Movera tiver que pagar esse imposto, provavelmente, o Ministro ou algum Secretário de Estado, ao sair do Governo, já não vai para lá trabalhar. É disto que estamos a falar e não temos a coragem de o dizer aqui. Branqueamos, passamos a mão por cima de tudo, acusamos tudo e todos. E onde é que está a questão principal para o desenvolvimento do nosso país e da nossa região? Está nas políticas centralistas que temos e que temos de acabar com elas.

Não há aqui ninguém nesta sala, que não seja capaz de o dizer aqui, que é a favor da regionalização, da mesma forma como os Senhores Presidentes de Junta chegam aqui à Câmara Municipal de Mirandela e pedem verbas e querem autonomia financeira, porque sabem perfeitamente onde é que têm de investir o dinheiro. Um no paralelo, porque é aquela necessidade básica que existe naquela aldeia, outro no banco do jardim, outro nas árvores, há-de ser no que for. Mas quem sabe onde é que tem de investir o dinheiro são os Presidentes de Junta, como exatamente quem sabe onde é que tem de investir o dinheiro será a autarquia.

Estávamos a falar há bocado de igualdade e equidade. É um caso subjetivo, agora quem não sabe onde é que nós temos mais necessidades para investir o dinheiro? É o Governo Central, é Bruxelas, porque Bruxelas é capaz de abrir um Aviso para fazermos uma candidatura a Fundos Comunitários, para, se calhar, comprarmos todos, que agora está na moda, os *drones* para fazer tratamentos fitofarmacêuticos, não é? E depois não temos terrenos com essa capacidade de fazer, porque aquele Aviso vai de encontro à necessidade de uma empresa que fica na Alemanha, na Inglaterra ou em Bruxelas, não está a ser defendido o interesse nacional. Nunca esteve a ser defendido o interesse nacional. E é isto que a mim me deixa, de certa maneira, transtornado.

O Plano de Mobilidade do Vale do Tua: vendemos as barragens à EDP. A principal contrapartida que tínhamos de ter, era criarmos um caminho de ferro entre a Brunheda e Mirandela, com o transporte fluvial do Tua até à Brunheda. Meus amigos, a barragem foi feita, está a produzir energia, que não paga depois os dividendos que deve pagar, que é essa a discussão que eu falei há pouco do imposto de selo das vendas das barragens e a cotização que está a ser dada. Dá um pequeno subsídio à Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua para se manter e para criar alguns postos de trabalho. E os postos de trabalho que nós vemos que são criados é em benefício de muitas poucas pessoas e nós sabemos a quem é que elas estão ligadas politicamente, também sabemos, não temos problema nenhum em dizer, mas aquilo que era o mais importante e que foi a contrapartida por que se fez a barragem, que era o plano de mobilidade das populações, não se faz. E demos 10 milhões de euros de erário público a um Senhor que não tinha licença para fazer transportes de mobilidade, neste caso ferroviária, mas demos 10 milhões e nem lhe perguntamos se ele tinha licença para poder operar com o caminho de ferro.

Fizemos mais um investimento de 5 milhões de euros na revitalização e na reestruturação da linha do comboio e agora, se quisermos lá pôr a linha do comboio, temos de gastar outro tanto. Ninguém nesta sala, Senhores Deputados, Senhor Presidente, ninguém nesta sala ainda foi capaz de dizer, como nós o dizemos há vários anos: quem tem que pegar no Plano de Mobilidade da Linha do Tua é a REFER, é a CP. Porque aquilo é um bem público e a CP é uma empresa pública e é ela que tem de prestar esse serviço às populações. Mas não há vontade política, porque os dois Partidos maioritários que existem aqui nesta sala e, obviamente, no país, seja PS ou PSD, não querem. E continuamos nós aqui a fazer um esforço brutal, tanto os Deputados do PSD, como os do PS e ali os do CDS, também um esforço brutal para não assumirmos esta responsabilidade e passamos a culpa para o vizinho do lado. Neste caso, é a Câmara Municipal e os Presidentes de Junta passam a responsabilidade, obviamente, para a Câmara Municipal e andamos nisto.

É isto que depois fica claro naquilo que tem a ver com a questão do desenvolvimento e da coesão territorial. Coesão territorial. Extinguimos freguesias. Não há a capacidade de nós percebermos e entendermos que, quanto mais nós nos afastarmos daquilo que são as nossas populações, mais vamos ter problemas de desertificação. Quando os serviços não são prestados na qualidade de proximidade, mais vamos ter a infelicidade de ficarmos cada vez mais sozinhos. Isto depois leva-nos a esta discussão do umbigo. A responsabilidade não é de ninguém.

Criamos duas estruturas regionais: criamos a CCDR-N, que nenhum dos Senhores vota e democraticamente não é eleita, não é eleita pelo voto popular, e criamos a CIM-TTM, que também não é eleita por voto popular. São os Senhores Presidentes de Junta que se sentam numa mesa, provavelmente igual a esta, ou àquela, não sei se são nove, e vão dizer quem vai ser o Presidente da CIM-TTM. “Eu tenho este nome, eu tenho aquele, mas esse é meu amigo e aquele não é, portanto, então vai ser este.” É assim que funcionamos.

É isto que pensamos como desenvolvimento regional. Não são os interesses da região, são os interesses de cada um.

Para acabar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não podia neste momento e neste dia deixar de prestar homenagem à língua portuguesa. Hoje temos de prestar homenagem à língua portuguesa, a todos os agentes culturais, artistas, atores, músicos, artes plásticas, historiadores, pintores, poetas e escritores. Hoje, faz 26 anos que Portugal recebeu o Prémio Nobel da Literatura, entregue pela Academia Sueca a *José Saramago*. Daí eu ter prestado homenagem à cultura portuguesa e à língua portuguesa. E citando o

meu camarada, já que estão aí a falar, o meu camarada *José Saramago*, eu não posso deixar de citá-lo aqui de uma forma tão simples, aliás, como o caracterizava e dizia o meu camarada: “Para ganhar o prémio, não precisei de deixar de ser comunista.”

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tínhamos um pedido de interpeação à mesa do Senhor Deputado *Paulo Pontes* a quem eu gostava de lhe perguntar qual é o motivo da interpeação à Mesa?

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tem que ficar gravado. Pedi de manhã a defesa da honra que não me foi concedida. Entretanto, depois de mim falaram três pessoas e uma delas sobre o mesmo assunto. Eu queria falar sobre o assunto, não me foi permitido, agora de facto, quis fazer uma interpeação à Mesa. Agora decidam vocês, se me deixam falar, ou não me deixam falar.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, o Senhor entende que a sua honra foi ofendida?

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha honra foi muito ofendida e depois se me deixar falar tirará as suas conclusões.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pronto, então defenda a sua honra por favor, porque não vou ser eu que a vou definir, defenda por favor.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mas foi a Senhora que a definiu que não me deixou falar.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desculpe, mas o Senhor fez uma comparação que não tem fundamento, porque os seus antecessores, ou as pessoas a quem se refere, para as quais foi autorizado a falar, não foram chamadas para defender a honra. Foram feitos pedidos de esclarecimento à Senhora Presidente da Câmara. A figura com que pediram autorização para falar não foi a mesma. O Senhor não estava a falar com a Senhora Presidente da Câmara, e o seu problema também não era com a Presidente da Câmara, mas sim com um elemento deste hemiciclo, o que não aconteceu com os outros Deputados que o Senhor está a mencionar.

Os Senhores Deputados estavam a pedir esclarecimentos sobre os discursos que proferiram à Senhora Presidente da Câmara, e, nesse contexto, a Mesa entendeu que o assunto estava sanado. Agora, se o Senhor insiste que foi ofendido, faça favor de se defender.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se me é permitido, eu não venho para aqui para falar com a Senhora Presidente da Câmara, eu vim para aqui para um debate alargado sobre as juntas de freguesia e foi isso.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, eu não disse que o Senhor veio. Eu disse que quem o Senhor menciona estava a fazer questões e a apresentar solicitações à Senhora Presidente da Câmara, e dúvidas que não lhe foram, pelos vistos, totalmente esclarecidas. Pelo que pediram a figura do pedido de esclarecimento, o que não foi o seu caso. Mas, se o Senhor entende que deve defender a sua honra perante outro elemento deste hemiciclo, faça favor. Não vou ser eu a definir a sua honra; isso é competência do Senhor.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) solicitou a palavra para defesa da honra:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sim, assunto ultrapassado. Vamos ver até quando.

Eu vim para falar sobre a União das Freguesias de Franco e Vila Boa e expus aqui um assunto que, a mim, me entristece na minha Freguesia. Desafiei o Senhor Presidente a vir cá dar uma resposta, mas o Senhor Presidente veio cá fazer omissões e dizer mentiras, e estou a falar em português. A omissão foi que ele não respondeu nada ao assunto que eu levantei sobre a rega ou não rega, sobre o tratamento ou não tratamento da relva. A mentira que ele disse foi e o Senhor Presidente está ali, que eu tenho sido convidado

para Assembleias de Freguesia e que nunca fui a nenhuma. Mentira. Eu não tenho que ser convidado, as Reuniões da Assembleia de Freguesia são públicas; por acaso, não há editais, mas isso é outra questão.

Independentemente disso, vi uma vez uma convocatória em que nada tinha a ver com a Ordem de Trabalhos da Freguesia, nada, isso está escrito. Eu me sentia diretamente implicado, achava eu, e fui tornar-me presente nessa reunião. Essa reunião não teve lugar, foi marcada uma outra reunião, para o mesmo dia, mas para um mês depois. E essa reunião também não se efetivou. Ou seja, a Freguesia nem sequer tem tido Assembleias de Freguesia, e agora ele veio aqui dizer que eu nunca fui a nenhuma. Vejam agora vocês, deixo isso à vossa consideração e à vossa interpretação: se fui ou não fui, e se fui desonrado aqui.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado. Pedia ao Senhor Presidente da Assembleia, também à Mesa e aos Senhores Deputados Municipais, se nos permitiam que o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, neste caso, o pelouro está com o Senhor Vereador *Vítor Correia*, apresentasse aqui um ponto de situação daquilo que tem sido o trabalho feito ao longo do ano.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Perfeitamente autorizado e já anunciado à Assembleia Municipal que estava programado essa possibilidade.

----- O Senhor Vereador *VÍTOR CORREIA* autorizado a intervir disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Agradeço a qualidade das intervenções dos Senhores Presidentes que estiveram aqui. Não há dúvida nenhuma de que o concelho de Mirandela tem excelentes Presidentes de Junta; todos vieram aqui defender a sua “dama”, de uma forma ou de outra. Isso é importante: defenderam o vosso território. Foi assim que eu também fiz no passado, enquanto Presidente de Junta e ainda tenho um pouco de Presidente de Junta em mim. Talvez por isso é que venho aqui falar de uma questão muito importante, que é a autonomia. Os dois quadros que vamos apresentar vão mostrar a autonomia que as freguesias passaram a ter, naturalmente legitimada por este Órgão. Não vamos dizer de quem foi a proposta, se foi de A, de B ou de C, mas o que é mais importante e muito importante é a garantia de que cada um tem de poder, no início do ano, perceber quais são as regras, ou seja, qual o valor que tem disponível para poder trabalhar, independentemente de outros trabalhos que venham a ser realizados ou solicitados. Isso parece-me absolutamente determinante, parece-me muito importante numa democracia como a nossa.

Naturalmente, há aqui questões que temos de avaliar e o princípio da economia diz que as necessidades são ilimitadas, mas os recursos são limitados. Portanto, se não fosse assim, nem sequer havia economia, porque estaria tudo satisfeito. Mas como temos de gerir isto, cada um de nós, à sua maneira, tem que fazer esse trabalho para servir os seus fregueses.

O que vou aqui apresentar é uma forma muito simples. Qual foi a evolução dos valores disponíveis de forma autónoma, e repito, autónoma, que os Senhores Presidentes de Junta tiveram ao longo destes anos? Naturalmente, está aqui incluído o quê? Tudo. O total, para que não haja confusão nenhuma. As verbas que são provenientes do Fundo de Financiamento das Freguesias, do Fundo do Protocolo, do auto transferência que foi feita, da Bolsa de Materiais e do Protocolo de Promoção do Território. Está tudo incluído, porque esse é o dinheiro que vai parar à conta de cada junta de freguesia e que os Presidentes de Junta podem efetivamente gerir.

Eu pedia que fosse apresentado então o primeiro quadro para vermos como é que é feito este valor.

Portanto, conseguimos verificar abaixo quais são os valores transferidos anualmente. Não é o somatório, é o valor anual para o conjunto das 30 juntas de freguesia. Começamos com o valor de 2017 e depois passamos para 2024. À data de ontem, são estes os valores que estão investidos nas nossas freguesias.

Dizer que não há investimentos nas freguesias não é bem verdade. Estes valores que estão aqui são naturalmente muito superiores, porque há investimento Municipal que não está aqui refletido. Eu recalco o que disse: os valores geridos de forma autónoma pelas freguesias passam pelas contas bancárias de cada junta de freguesia e este é o valor.

Na parte superior da coluna, temos aquilo que vem, efetivamente, do Estado; na parte inferior, temos o que vem do Município. Como podemos verificar, ao longo destes anos, de 2017 a 2024, há uma evolução significativa e isto deve regozijar todos os presentes e todas as juntas de freguesia. Mas, se quisermos ser um pouco mais específicos, podemos ver os valores. Passamos agora ao quadro seguinte.

No quadro seguinte, já temos mais números. A ideia de evitar pôr os números foi reconsiderada, e agora podemos perceber quanto veio do Município e quanto veio do Estado. No corrente ano, que ainda não terminou, por exemplo, já temos 2.523.000,00€ do Estado e 1.950.000,00€ do Município. Importa também dizer que este valor não é o Município que o está a atribuir mensalmente. Ele sai do pecúlio do Município, mas é a DGAL que faz a transferência mensalmente atempadamente, para as vossas contas. Isso permite uma gestão rigorosa, sem falhas, conforme está preconizado e o valor chega às vossas contas no dia certo. Isso também é um ganho. Antigamente, também havia atrasos, mesmo no protocolo, devido a vários motivos, mas agora não. Sabem que, naquele dia, o dinheiro estará lá.

Deixo este momento para reflexão: quando neste Órgão se afirmou que não há investimento, isso não é verdade. Há, efetivamente, investimento. Agora, as necessidades, como já disse, são ilimitadas, há muito por fazer e muito será feito. No entanto, peço que tomem este momento para refletir e verifiquem com os vossos olhos que, talvez estivéssemos a ser um pouco injustos no que estávamos a dizer. Mas temos de ser ambiciosos. Essa ambição que todos devemos ter, de querer mais, de fazer mais pelas freguesias, isso deve ser completamente indiscutível.

Temos aqui Presidentes de Junta, na sua maioria. Mesmo aqueles que não vieram e não tomaram a palavra, falam, efetivamente, através do seu silêncio, como disse o Deputado *Virgílio Tavares*. Cada um interpreta a forma como falam. Esse silêncio pode ser interpretado de várias maneiras, mas, para mim, é uma forma positiva. No entanto, isso fica para a consideração de cada um.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se me permitem, também em jeito de conclusão, porque de facto este dia dedicado às Juntas de Freguesia já produziu muito trabalho. Julgamos que o essencial foi dito. Agradeço os contributos de todos os Senhores Deputados no período da tarde, em que se cruzaram as intervenções, as quais estão indexadas à maior parte dos assuntos que foram referidos no período da manhã. Por isso, temos aqui todos um desafio, porque esta Assembleia Municipal decorreu (ou está a decorrer) num período especial: o período do Orçamento Municipal. Todos já ficamos a perceber que temos muito trabalho pela frente e que precisamos de ser criativos e ousados no que diz respeito ao instrumento de planeamento e gestão que é o Orçamento Municipal, bem como os orçamentos que as juntas de freguesia irão elaborar até ao final do ano. E é isso que vamos fazer. Juntos, conseguiremos elaborar um Orçamento Municipal justo para 2025 e também, sei que juntos irão elaborar orçamentos justos para as vossas freguesias. Da parte do Executivo, estaremos aqui disponíveis.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. Eu também queria, a título de remate, agradecer a todos. Foi um debate muito proveitoso, foi uma Assembleia, tal como disse, se me permitem, o Senhor Deputado *Rui Pacheco*, bastante participada, bastante trabalhada e com todos muito motivados a falar sobre os seus territórios. Isso é sempre muito positivo.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, já debatemos tanto durante todo o dia. Tem alguma dúvida sobre a tabela que foi apresentada? Então, tem três minutos para apresentar a sua dúvida.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Era terminar a Assembleia da pior maneira, não quero ser, porventura, injusto.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado mas diga-me só uma coisa, vai apresentar uma dúvida ou fazer uma avaliação do trabalho do Senhor Vereador?

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este quadro que ali está apresenta as transferências da DGAL para as juntas. Os Senhores Presidentes de Junta já sabem. As outras verbas do Município, os tais critérios, a igualdade e a equidade. O que é que cada junta recebeu, nós não sabemos. Isto, sinceramente, ainda nos cria mais dúvidas.

De facto, os gráficos são acentuados e isso ainda nos gera mais dúvidas. Eu sei que o Senhor Presidente até se empenhou bastante e tem muito gosto nesta Assembleia, que sejam discutidos os problemas das juntas de freguesia e este mapa, de grande importância, acabou por criar mais dúvidas. Não podemos sair daqui com elas. Isto parece política. Já comi bacalhau escondido, mas agora política escondida é que não dá.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de agradecer a todos a oportunidade desta Assembleia Extraordinária. É um pedido de esclarecimento? Faz favor, muito rapidamente.

----- O Senhor Presidente da Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa, mas trata-se de um pedido de esclarecimento sobre aquilo que foi também a minha intervenção e que a Bancada do PSD já fez por escrito à Mesa. Já foi feito de manhã, mas foi solicitado um requerimento que entrou na Mesa há cerca de um mês, ou três semanas, em que nós pedimos, e eu, na minha intervenção, solicitei novamente, se fosse possível obter a mesma informação, por freguesia, por obras extraordinárias, subsídios extraordinários e investimentos realizados em cada freguesia. É uma solicitação que fizemos à Mesa para obter essa triagem. Portanto, eu pedia à Mesa e diretamente ao Senhor Presidente da Mesa que pudesse solicitar novamente essa informação.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que o Senhor Presidente de Junta de Carvalhais, está a dizer é que não lhe chegou ainda informação de um pedido que fez à Mesa há três semanas?

----- O Senhor Presidente da Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não quer dizer que seja já, não vai fazer já, como é óbvio, terá os seus *timings*.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós vamos reforçar esse pedido. Vamos, através do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, saber porque razão essa resposta ainda não foi endereçada e teremos novidades sobre o assunto na próxima semana. Mais alguém? O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde também tem uma dúvida? Agradecia silêncio para ouvirmos agora os esclarecimentos.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PS) solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu por acaso não tenho dúvidas, eu queria sair daqui era com algumas certezas.

É assim, eu só lançava um desafio aqui ao nosso caríssimo amigo de Bancada oposta, neste caso, o *Paulo Pinto*, da mesma forma que me trouxe aqui os valores para debater aquilo que o nosso colega *Carrapatoso* disse de manhã, ele veio aqui com valores anteriores a 2017, eu gostaria que me desse os valores das minhas duas localidades.

Ele veio para aqui com valores e eu queria sair daqui com uma certeza daquilo que as minhas aldeias, Freixeda e Vila Verde, também receberam anteriormente.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse tipo de solicitações, neste contexto, não é permitido. Tem um pedido de esclarecimento a fazer? Muito obrigada, mas afinal não tinha qualquer pedido de esclarecimento.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu também queria, se a Câmara me puder fornecer, qual foi o dinheiro que me deu nos sete anos? Porque eu assim estou com dúvidas, de ano para ano, que me dissesse, pronto, a Câmara deu X à União de Freguesias dos Avantos e Romeu, estou com um bocado de dúvidas.

Falaram-me em 700.000 € mas o dinheiro foi o que deu a Câmara ou é com o do FEF ou é todo? O do FEF já sabemos o que é, agora eu quero saber, é o que a Câmara me deu nos sete anos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente de Junta, a Senhora Presidente de manhã já lhe disse que era ao todo, mas ainda assim é um pedido que está a fazer através da Mesa é isso? Uma listagem das verbas?

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sim, quer dizer, já falei de manhã mas fiquei com dúvidas. Eu queria que a Câmara me dissesse quanto dinheiro é que me deu nos sete anos?

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito bem, vamos fazer chegar esse pedido.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fiquei com dúvidas, quer dizer, misturam aqui o do FEF com o da Câmara, o indivíduo acaba por não saber. Porque quem ouvir lá fora diz: "Afinal o Presidente da Junta que é que fez aos 700.000€?" Já dá para fazer muito serviço.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gostei muito de ver o quadro, mas esse quadro nós já conhecemos, é preciso que se diga: todos conhecemos, todos sabemos. Quanto recebe a freguesia do FEF, porque é o que estava ali, o que as freguesias recebem de FEF e do protocolo, isso é o quadro. Vamos lá ver se nos entendemos: é o quadro da igualdade e nós sabemos onde é que há igualdade, no FEF e no protocolo que assinamos, foi claro. Embora a pessoa que esteve à frente até tenha dito que se calhar era preciso melhorá-lo, também ainda não pedimos. Há algumas desigualdades, mas de qualquer maneira, essa é a transparência, é o que conhecemos.

Agora, falou-se aqui tanto da igualdade e da equidade; este é o quadro da igualdade, falta um, o da equidade. Sabemos quanto é que a Câmara gasta em cada freguesia, em subsídios extraordinários, em apoios extraordinários? Há pouquíssimo tempo que vem aqui e era bom que soubéssemos, porque senão, eu mostro-lhe um. Eu queria só acabar dizendo que há bem pouco tempo que vêm aqui os subsídios, é verdade. Porque, senão, eu pergunto: onde é que está um da estrada da Escola dos Eixes que eu pedi em 2021 ou 2022 e do qual nunca tive resposta, nunca veio aqui?

Portanto, a equidade é que nós queremos ter conhecimento, eu, enquanto Presidente de Junta e qualquer mirandense. As obras, eu sei que todas as freguesias precisam, a minha também precisa.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente da Junta, está a fazer um discurso? Está a pedir esclarecimentos? Não sei o que é que está a fazer, são três minutos.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu quero ser esclarecida enquanto me estiverem a interromper, mais tempo demoro.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quer pedir elementos através da Mesa? Pronto, vamos fazer chegar a sua solicitação.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero que seja feito um quadro com os subsídios extraordinários a cada freguesia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Excelentíssimos Senhores Deputados conclui-se assim esta Assembleia Municipal Extraordinária de Mirandela e desejo a todos um excelente fim de semana, marcamos lugar na Comissão Permanente os líderes das bancadas parlamentares e na próxima Assembleia em dezembro, muito obrigado.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 17 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal;


Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;


José António Costa Ferreira